

PREÇOS
ASSIGNATURAS
SEM ESTAMPILHA
Por um anno 104000
Por seis mezes 56000
Por tres mezes 36000
Avulso por folha 4040
Anuncios, por linha 4060

PREÇOS
ASSIGNATURAS
COM ESTAMPILHA
Por um anno 124000
Por seis mezes 64000
Por tres mezes 36000
Comunicados e correspondencias,
por linha 4060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.
Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCAO GERAL DE ADMINISTRACAO POLITICA
2.ª Repartição

Por ordem superior se annuncia que no dia 29 de abril corrente, pela uma hora da tarde, haverá recepção em grande gala no real paço das Necessidades, por ser o anniversario da outorga da carta constitucional da monarchia portugueza por Sua Magestade Imperial o senhor D. Pedro IV, de gloriosa recordação.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCAO GERAL DA CONTABILIDADE
3.ª Repartição

Tendo requerido D. Maria da Penha de França os vencimentos que pelo titulo de renda vitalicia n.º 7:314 se ficaram a dever a seu irmão padre José Quintino dos Santos Emauz, fallecido em 15 de fevereiro ultimo, assim se annuncia em virtude da carta de lei de 24 de agosto de 1848, a fim de que qualquer pessoa que se julgue com melhor direito aos ditos vencimentos, o venha declarar dentro do prazo de sessenta dias, contado da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida esta pretensão.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, 24 de abril de 1860.—*Alexandre José da Silva e Almeida.*

DIRECCAO GERAL DOS PROPRIOS NACIONALES

4.ª Repartição

Relação dos foreiros que pediram remir fôros que pagam a fazenda nacional, e que foram deferidos na semana proxima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do decreto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o pagamento no prazo de frinta dias, contados das datas dos respectivos despachos.

Emphyteuta Anna Maria da Conceição—fôro de 240 réis—despacho de 21 de abril de 1860.

Dito, José Fernandes Cancellia—fôro de 340 réis, vinte e quatro alqueires de meado, nove alqueires e meio de trigo, duas gallinhas e meia, sete almedes e tres quartos de vinho, 717 réis de marri, 200 réis de carneiro, um quarto de dito, quinze ovos, moesteia e meia de palha, e sete alqueires e tres quartas de milho—idem.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 23 de abril de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva.*

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRACAO DA FAZENDA NACIONAL
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS
DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,
DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,
COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fôros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e accitando lettras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fôros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 1704

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 4 DE JUNHO DE 1860

Fôros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE FARO

CONCELHO DA LAGOA

Universidade de Coimbra

26689 Fôro de 18093 1/2 réis, imposto em uma quinta, no sitio do Adojo. Emphyteuta Manuel Raymundo Telles—194140.

26690 Fôro de 42200 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma vinha em Benafundo, freguezia de Estombar. Emphyteuta José Fernandes Manuel—735500.

26691 Fôro de 300 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em duas casas na rua da Igreja do lugar de Estombar. Emphyteuta Antonio Lourenço Martins—52520.

26692 Fôro de 562 1/2 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em umas casas na rua da Praça da villa da Lagoa. Emphyteutas os herdeiros de João Garcia Limão—95843.

26693 Fôro de 459 3/8 réis, imposto em uma fazenda no sitio de Nabarro. Emphyteuta a viúva de Gonçalo José da Silva—89038.

26694 Fôro de 525 réis, imposto em uma fazenda no sitio das Vargens da villa da Lagoa. Emphyteuta Ricardo José Cabrito—91817.

26695 Fôro de 600 réis, imposto em uma fazenda no sitio do Bemparece, freguezia de Estombar. Emphyteuta a viúva de João José Antunes Gaivão—104500.

26696 Fôro de 15500 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda no sitio do Bemparece. Emphyteuta José Joaquim Bixo—268250.

26697 Fôro de 562 1/2 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda no sitio das Cortes em Lagoa. Emphyteuta José Bernardo da Encarnação dos Salicos—95843.

26698 Fôro de 2615 réis, com vencimento pelo S. João, imposto em uma fazenda no sitio de Na-

barro, freguezia de Lagoa. Emphyteuta Joaquim Guerreiro Bentes—458937.

26699 Fôro de 825 réis, imposto em uma fazenda no sitio da Pedreira, freguezia de Lagoa. Emphyteuta Antonio Teixeira Seixas Braga—145437.

26700 Fôro de 890 3/4 réis, imposto em uma fazenda no sitio do Matto Pinheiro, na freguezia da Lagoa. Emphyteuta José Ricardo Barroso—155585.

26701 Fôro de 16950 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda no sitio da Estrada Velha, freguezia da Lagoa. Emphyteuta Antonio Joaquim Tavares—345125.

26702 Fôro de 900 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda na estrada que vem para Lagoa, freguezia de Porches. Emphyteuta Lourenço Pedro—155750.

26703 Fôro de 33375 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda, junto á ermida de S. Sebastião de Porches. Emphyteuta Lourenço Pedro—598062.

26704 Fôro de 750 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda, sita á valla de Fontes, que se compõe de casas, terras de pão, figueiras e vinhas. Emphyteuta Ricardo José dos Reis—135125.

26705 Fôro de 45125 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda, junto á Valla da freguezia de Porches. Emphyteuta José Duarte do Quintão—725187.

26706 Fôro de 33375 réis, com vencimento em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda em Val de Oliva, freguezia de Porches. Emphyteutas os herdeiros de Manuel Joaquim Junior—598062.

Somma R. 5005821

Declara-se que os fôros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 23 de abril de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva.*

Lista 1705

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 4 DE JUNHO DE 1860

Fôros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DO PORTO

CONCELHO DE BALÇO

Inventario n.º 25

26707 Fôro de 292 1/4 réis, imposto em parte do casal do Avelhal, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteutas os orphãos de José Ribeiro—55118.

26708 Fôro de um alqueire e sete trinta e dois avos de trigo, dois alqueires e uma quarta de pão meado, tres quartos de uma gallinha, dezoito arrateis e nove dezeseis avos de marri, e quatro almedes e cinco oitavos de vinho ou 562 1/2 réis, imposto em parte do casal de Santa Cruz, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta o abbade de Santa Cruz—583973.

26709 Fôro de 860 1/4 réis, imposto no casal do Avelhal, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel de Magalhães—155054.

26710 Fôro de 15089 réis, imposto no casal do Avelhal, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta João Pinto Martins—195057.

26711 Fôro de 157 1/4 réis, imposto no casal do Avelhal, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta Maria Tavares, viúva—26756.

26712 Fôro de 337 1/4 réis, tres quartilhos e tres quartos de vinho, tres arrateis de marri, tres oitavos de uma gallinha, e tres estrigas de linho, imposto no casal do Avelhal, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta José de Sousa, filho de Manuel da Fonseca—105810.

26713 Fôro de 525 réis, imposto em parte do casal do Avelhal, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta José de Sousa—95187.

26714 Fôro de 5 1/4 réis, tres oitavos de um almede de vinho, vinte e um trinta e dois avos de um arratel de marri, tres trinta e dois avos de um alqueire de trigo, ou por tudo 173 1/4 réis, imposto em parte dos casaes do Outeiro e Avelhal, sita na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteutas Semião Pinto de Mesquita, e sua mulher—35031.

26715 Fôro de 105 réis, e uma gallinha e um oitavo, imposto no casal de Eiró, e Quebrada de Vergontes, sitos na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta Anna Victoria, viúva—45525.

26716 Fôro de 30 réis, dois alqueires e sete dezeseis avos de pão meado, tres trinta e dois avos de um alqueire de trigo, cinco arrateis e cinco oitavos de marri, sete ovos e meio, uma gallinha e cinco dezeseis avos, e tres quartos de um affusil de linho, imposto nos casaes do Souto da Porta, Enxames e outros, sitos na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta José de Almeida Brandão, da Lavandeira—295894.

26717 Fôro de 17 1/4 réis, e um alqueire e vinte e nove sessenta e quatro avos de trigo, imposto em parte do casal de Eiró, e Quebrada de Vergontes, sitos na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteutas Semião Pinto de Mesquita, e sua mulher—155236.

26718 Fôro de 18 3/4 réis, um alqueire e cincoenta e nove sessenta e quatro avos de pão meado, e gallinha e meia, imposto em parte dos casaes de Canellas, Lodão e Queixomil, sitos na freguezia de Santa Cruz do Douro: praso em vidas. Emphyteuta Miguel Magalhães—175791.

Somma R. 1915432

Declara-se que os fôros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 23 de abril de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva.*

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCAO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS
Repartição de minas
2.ª Secção

Tendo requerido Diederich Mathias Fewerheerd

que nos termos do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1853 se lhe concedesse certidão dos direitos de descoberta da mina de chumbo sita no lugar de Moscoso, freguezia de Castellões, concelho de Cambra, districto de Aveiro.

Vistos os documentos por onde se prova que o requerente satisfaz a todos os quesitos do artigo 12.º do citado decreto;

Visto o relatório do engenheiro João Baptista Schiappa de Azevedo, inspector das minas do primeiro districto do reino, que por ordem do governo examinou a posição do jazigo, e verificou a existencia do depósito, como determina o artigo 13.º do mesmo decreto;

Visto o parecer do conselho de minas emitido na sua consulta de 14 de fevereiro ultimo, a qual considera o requerente legalmente habilitado na qualidade de descobridor da mina de que se trata;

Ha por bem Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a mencionada consulta do conselho de minas, declarar:

1.º Que o supplicante é reconhecido como proprietario legal da descoberta da mina de chumbo sita no lugar de Moscoso, freguezia de Castellões, concelho de Cambra, districto de Aveiro.

2.º Que os limites da demarcação provisoria da referida mina, notados na planta junta com traços de cor vermelha, abrangem um quadrilatero traçado da forma seguinte: una-se por uma linha recta a

cruz (ponto A) da capella da Senhora da Saude com a pequena capella (ponto B) das Alminhas de Jannardo. Ligne-se o ponto B com a esquina SE. da casa do doutor Fernandes: por este ultimo ponto tire-se uma linha na direcção SE. (magnético) e marque-se sobre ella a extensão de 1:400 metros, unindo o seu extremo por uma quarta recta com o primeiro ponto A, ficando fechado o referido quadrilatero comprehendendo uma área de 2:794:000 metros quadrados.

3.º Que, nos termos do artigo 14.º do citado decreto, são concedidos ao requerente seis mezes, contados da publicação d'esta portaria no *Diario de Lisboa*, para organizar uma companhia, ou mostrar que tem os fundos necessarios para a lavra; na intelligencia de que, não se habilitando n'estes termos, e dentro d'aquelle praso prorrogavel, será a concessão d'esta mina posta a concurso na conformidade da lei.

4.º Que pelo presente diploma são conferidos ao supplicante, para todos os effectos legais, segundo as disposições do predito artigo 13.º, os direitos que lhe competem, como descobridor da mencionada mina.

O que tudo se lhe communica para seu conhecimento e mais effectos, ficando obrigado a apresentar n'este ministerio certidão de haver feito registrar na respectiva camara municipal a presente portaria na sua integra; sem o que não terá inteira validade.

Paço, em 6 de março de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel.*—Para Diederich Mathias Fewerheerd.

DIRECCAO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa do movimento dos cereaes, e seus preços, em abril de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Dia 16	(Entrada nacionaes)	27	36	2	—	128	32	—	—	—	—
	(Entrada estrangeiros)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	54	24	12	25	68	43	—	—	35	—
Existencia	(nacionaes)	191	—	3	—	—	—	2	—	—	—
	(estrangeiros)	20:026	35	771	46	996	7	710	43	440	3
	(Saída)	23	58	1	6	—	—	—	—	—	—
Dia 17	(Entrada nacionaes)	27	58	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Entrada estrangeiros)	27	58	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	27	58	—	—	—	—	—	—	—	—
Existencia	(nacionaes)	204	44	50	—	—	—	12	—	—	—
	(estrangeiros)	19:677	51	717	46	919	53	698	43	440	3
	(Saída)	13	—	—	—	190	50	—	—	6	—
Dia 18	(Entrada nacionaes)	349	36	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Entrada estrangeiros)	64	18	—	—	62	9	—	—	6	—
	(Saída)	225	24	11	13	6	—	55	51	—	—
Existencia	(nacionaes)	19:781	42	706	33	1:052	38	642	52	440	3
	(estrangeiros)	21	30	—	—	—	—	5	—	—	—
	(Saída)	28	12	—	—	—	—	—	—	—	—
Dia 19	(Entrada nacionaes)	28	12	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Entrada estrangeiros)	28	12	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	214	13	—	—	79	11	—	—	—	—
Existencia	(nacionaes)	19:949	57	706	33	969	27	647	52	440	3
	(estrangeiros)	16	2	—	—	139	20	—	—	—	—
	(Saída)	335	12	—	—	—	—	—	—	—	—
Dia 20	(Entrada nacionaes)	18	16	—	—	14	40	—	—	—	—
	(Entrada estrangeiros)	18	16	—	—	30	4	—	—	—	—
	(Saída)	350	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Existencia	(nacionaes)	19:502	9	688	29	930	45	646	52	440	3
	(estrangeiros)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Preços		620 a 780	—	360 a 420	—	400 a 480	—	420 a 440	—	—	—

Repartição de agricultura, em 24 de abril de 1860.—*Rodrigo de Moraes Soares.*

Repartição de contabilidade

JUNTA ADMINISTRATIVA E FISCAL DAS OBRAS DA BARRA DE AVEIRO

Conta da receita e despesa no 3.º trimestre do anno economico de 1859-1860

RECEITA		DESPESA	
Saldo da conta antecedente	4635120	Despendido com as obras da barra, em jornas, empreitadas, reparação dos barcos, arranço de pedras, corte de torção e de madeiras, conduções para o local da barra, importancia de madeiras, fachuas, e diversos materiais para as obras da mesma barra	8:1445735
Recebid. da alfandega d'esta cidade, producto do imposto do sal nos mezes de dezembro de 1859, janeiro e fevereiro de 1860	2215426	Idem com os ordenados ao machista e mais empregados da tripulação da draga, e com diversos artigos de reparos da mesma, bem como de jornas na remoção de materias dragadas	5625345
Idem dos arrematantes do real da barra pelo 4.º quartel do anno de 1859, com vencimento em 15 de janeiro de 1860	1:7065225	Idem com os ordenados aos empregados da repartição da barra, e vencimentos aos apontadores	1875085
Idem do ministerio das obras publicas para custeio com o serviço da draga, prestações dos mezes de dezembro de 1859, janeiro, fevereiro e março de 1860	1:0005000	Saldo em dinheiro	3:8945165
Idem domesmo ministerio com applicação para as obras da barra	3:0005000		24965606
	5:9275651		6:3905771
	6:3905771		

Governo civil de Aveiro, em 31 de março de 1860.—O governador civil, M. J. Mendes Leite.

Está conforme.—Repartição de contabilidade do ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 23 de abril de 1860.—*Pedro Roberto Dias da Silva.*

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá logar na sexta-feira 27 do corrente, sendo a ordem do dia a continuação da discussão na especialidade do parecer n.º 8 sobre o projecto de lei n.º 9.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 25 de abril de 1860.—*Diogo Augusto de Castro Constancio.*

SECÇÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º m.º conselheiro visconde d'Algés, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 18 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 7 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento d'este anno abaixo relacionados:

Hei por bem dar provimento nos ditos recursos, a fim de que os mancebos recrutados fiquem isentos do serviço militar.

Recurso n.º 7—recorrente, José Fernandes Barbosa, por seu filho João, da freguezia de Santo Il-

defonso, segundo bairro da cidade do Porto, por se provar o que allega o recorrente.

Recurso n.º 23—recorrente, Antonio Francisco, por seu filho Luiz, da freguezia de Oliveira do Conde, concelho do Carregal, districto de Vizeu, por aproveitar ao filho do recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 26—recorrente, Thomás dos Santos, filho de Francisco dos Santos de Mattos, da freguezia de Fontello, concelho de Armamar, districto de Vizeu, por aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.

fero, por isso que em quanto ao saldo de 265:765\$191 réis em documentos de cobrança, passado em transição à conta da gerência do exactor do corrente anno economico, tem elle de responder em processo separado, que opportunamente se ha de instaurar.

Tribunal de contas, 3 de abril de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira—Sampaio.—Fui presente, Blane.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 17 de abril de 1860.—Castano Francisco Pereira Garces.

EDITAL

Antonio dos Santos Monteiro, do conselho de Sua Magestade, director da alfandega grande de Lisboa, etc.

Faço saber á pessoa a quem pertencerem tres garrafas sem marca, que se diz conterem acido nítrico, vindos de Rouen pelo navio francez *Eleonore*, e entrados n'esta alfandega no armazem n.º 10 (Porto Franco) em agosto de 1858, que, achando-se comprehendidos na disposição do artigo 7.º do capitulo 5.º do decreto de 10 de julho de 1834, serão vendidos dos dois que existem, por ter arrebentado um d'elles, se dentro em trinta dias os não vierem despatchar.

E para que o referido conste mandei publicar o presente.

Alfandega grande de Lisboa, 24 de abril de 1860.—O secretario Manuel Teixeira Basto o fez escrever.—Antonio dos Santos Monteiro.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar: Que está legalmente autorizada para a venda, ou aforamento, do terreno que o dito estabelecimento possui, com espaçosas frentes para o largo do Poço do Borrato e rua da Bitesga, e com o fundo correspondente:

Que no indicado terreno ha materias de cantaria e alvenaria, com alicerces de muito valor, para dos predios, segundo a respectiva planta, e alçado aprovado pela ex.ª camara municipal de Lisboa, e pela repartição das obras publicas;

Que até ao dia 30 do corrente mez recebe propostas para a venda, ou aforamento, de cada um dos ditos predios, em principio de edificação, vindo em cartas assignadas pelos proponentes, em que declaram o maior preço que offerecem por cada um dos mesmos predios, e respectivos matricias, podendo o dito preço ser designado em moeda corrente, ou tambem, na hypothese de venda, em inscrições com assentamento na junta do credito publico, e declarando-se especificamente nas cartas a natureza do contrato que se pretende realizar;

Que assobreditas propostas serão abertas, perante

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE SANTAREM

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Santarem, no mez de março de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNALIS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALIS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE SANTAREM						
De posta interna.....	5.507	3.928	275	71	1.480	4
Do reino e illas.....	-	-	49	30	-	-
De Hespanha.....	-	-	3	21	-	-
Dalem dos Pyreneos.....	-	-	2	-	-	-
Das provincias ultramarinas.....	-	-	1	-	-	-
De portos estrangeiros, por navios.....	-	-	1	-	-	-
De Inglaterra, pelos paquetes.....	-	-	1	-	-	-
De Mediterraneo, pelos paquetes.....	-	-	1	-	-	-
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	-	-	31	-	-	-
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e illas.....	10.715	79	144	10	1.490	-
Para Hespanha.....	-	-	50	-	-	-
Para alem dos Pyreneos.....	-	-	6	-	-	-
Para as provincias ultramarinas.....	-	-	11	-	-	-
Para o Brazil, por navios.....	-	-	7	-	-	-
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	-	-	-	-	-	-
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	-	-	-	-	-	-
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	-	-	-	-	-	-
	16.222	4.007	584	142	2.970	4
No mez de março de 1860 o movimento da correspondencia foi de	11.915	2.942	610	130	2.980	18

Nas correspondencias para terras do reino e illas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Santarem, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Santarem, em 2 de abril de 1860.—O administrador, Antonio Hygino dos Santos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não tendo sido accito o ultimo laudo offerecido em praça no dia 17 do corrente, pelo transporte das madeiras cortadas na matta do Bourro, para o serviço do arsenal da marinha, desde a referida matta até ao embarque no Carregado, de novo se ha de abrir arrematação no dia 1 de maio futuro, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, para o transporte das ditas madeiras.

No dia 3 de maio futuro, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho pôr de novo em arrematação, na sala das suas sessões, a venda de uma porção de cabos julgados inúteis para o serviço do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 21 de abril de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim da Castro Gonçalves.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 17 DE ABRIL
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LAMORIN,
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello (Conde de Peniche

(Assistia o ex.º sr. presidente do conselho.)

As duas horas e meia da tarde, achando-se presentes 30 dignos pares, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Fez-se leitura da acta.

O sr. Visconde da Granja—pediu que se lesse outra vez a acta na parte relativa á declaração do sr. ministro do reino, para a apresentação do projecto sobre a cultura dos arrozais.

Foi satisfeito pelo sr. secretario o pedido do digno par.

O sr. Visconde da Granja—rectificou não haver elle, orador, dito na anterior sessão que retirava o seu projecto, mas sim que suspendia o seu andamento, o pedia aos membros da commissão que se não occupassem d'elle até á apresentação do do sr. ministro.

O sr. Presidente.—fez sentir ao digno par, que nem o podia retirar sem annunciar a camara.

O orador.—pediu permissão para observar que os autores de projectos têm liberdade de os retirar em quanto não estão em discussão. Não sendo, contudo, este o caso presente, fez a sua declaração pelo desejo de que a acta fique exacta neste ponto.

a referida commissão, no dito dia 30 do corrente, pelas onze horas da manhã, na sala das suas sessões, no dito hospital, em presença dos concorrentes, e que no mesmo acto se procederá á licitação publica para a venda, ou aforamento, de cada um dos mencionados predios, com o maior laço relativo que constar das mesmas propostas, e na especie, quanto á venda, que mais convier ao estabelecimento, para se arrematar, no caso de convir ao hospital maior laço offerecido;

Que as condições para os ditos contratos, bem como a referida planta e alçado, podem ver-se na contadoria do mesmo hospital, donde tambem se prestarão quaesquer esclarecimentos sobre este assumpto, em todos os dias não sanctificados, das nove horas da manhã ás tres da tarde;

Que, finalmente, no local indicado encontrarão os interessados, desde o meio dia até ás seis horas da tarde, quem lhes mostre os terrenos, os matricias de cantaria e alvenaria, e dê quaesquer explicações que desejarem.

Contadoria do hospital de S. José, 18 de abril de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que pretende dar de arrematação, em hasta publica, o fornecimento de areia necessaria para as obras da mesma camara, com as condições que hão de ser presentes no acto da referida arrematação. As pessoas a quem convier fazer o dito fornecimento podem comparecer nos pagos do concelho no dia 30 do corrente, pela uma hora da tarde, para se effectuar o contrato, se o preço que se offerecer convier á vercação.

Camara, 24 de abril de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNALIS RETIDOS POR FALTA DE SELLOS
Para Lisboa

Antonio Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu—Barbara, Bernardo Francisco Abranches, Bispo de Beja—Conde de Peniche, Conde da Taipa, Conde de Vímioso—Diogo de Sousa Teixeira Silva, Duqueza de Palmella—Felix Bernardo da Costa Bandeira, Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão—João Ayres, João de Portugal, Joaquim Alves, José João—Marquez de Vallada, Ministro da Justiça, Ministro do reino, Maria Isabel—Presidente da relação—Redacção da *Instrução Publica*—Therese Mezier Bessone—Visconde da Carneira, Visconde de Sá da Bandeira.

Para Paris
Sabino Olegario Ludgero de Pinho.

Administração central do correio de Lisboa, em 25 de abril de 1860.

duvida em ir ao ministerio das obras publicas para o fim indicado pelo digno par; mas parece-lhe mais curial reservar-se para fazer algumas perguntas a s. ex.º quando o projecto entrar em discussão (apoiado), por isso que, sendo tantos os caixotes que contêm esses documentos, pouco tempo teria para os examinar. Espera que as respostas de s. ex.º o deixem satisfeito.

O sr. Visconde de Sá—pedi a palavra para mandar para a mesa uma petição que acabo de receber, assignada por 519 cidadãos de Estremoz, em que requerem que a directriz do caminho de ferro de Lisboa a Badajoz seja pelo valle do Sorraya, passando por aquella villa; como é conveniente, tanto para os interesses economicos da nação como para a sua defeza.

O sr. Presidente—declarou que ficavam sobre a mesa para os dignos pares verem quando se tratar da discussão.

O sr. Visconde de Algés—chamou a attenção da camara para o adiamento em que vae a actual sessão legislativa, sendo do tanto agora que a mesma camara enceta os seus trabalhos mais importantes sobre os projectos que recebe da outra casa do parlamento.

Não pretendo censurar, mas sim justificar a proposta que passava a fazer, lembrava que a camara dos dignos pares principia sempre a sua sessão em uma hora mais avançada do que convem ao serviço, sendo por isso de absoluta necessidade que em cada sessão haja um certo espaço de tempo para tractar dos objectos da ordem do dia, conciliado esse espaço tambem com um certo periodo de tempo para os objectos fóra da ordem do dia.

Deseja o orador que os dignos pares se convençam de que não é intento seu tolher a liberdade e a iniciativa que os dignos pares têm de fallar no começo das sessões sobre objectos que entendam importantes; e que unicamente, para conciliar os dois importantes assumptos que acabava de expor, e que julga transcendentales, apresentava a proposta que passava a ler á camara; proposta mui simples, igual a muitas outras sobre que a camara immediatamente delibera, e que se podem addicionar ao regimento, como com muita razão a respeito de outra pediu o sr. visconde de Balsemão, a quem de passagem dizia que o seu requerimento não está, qual s. ex.º presume, dependente da commissão do regimento, pois que não precisa parecer d'ella, visto que a camara approvou a proposta do digno par.

O orador fez leitura do seguinte:

Proponho que em todas as sessões se passe á ordem do dia meia hora depois de lida a correspondencia, ficando para se tratarem com preferencia na meia hora da sessão seguinte quaesquer objectos que fiquem prejudicados em consequencia d'esta disposição.

Se porém acontecer que o assumpto de que se trata antes da ordem do dia mereça por sua importancia e urgencia, que continue a sua discussão, apesar de ter passado a hora marcada, poderá continuar havendo para isso prévia deliberação da camara.—Visconde de Algés.

Proseguiu dizendo, que julga este objecto bastante simples, porque se trata unicamente, como acabava de expor, de marcar um espaço de tempo para os assumptos não dados para ordem do dia, á qual se passará meia hora depois da leitura da correspondencia. Se todavia n'essa meia hora se não concluir a discussão do assumpto proposto, poderá elle passar para a meia hora da seguinte sessão, ou sendo de importancia e urgencia continuar-se na sua discussão, resolvendo-o assim a camara.

O sr. Presidente—principiava a fazer a exposição da proposta, quando pediram a palavra sobre o assumpto os srs. visconde de Fonte Arcada, Marquez de Vallada e visconde de Balsemão.

O sr. Visconde de Fonte Arcada—julga conveniente que esta proposta ficasse sobre a mesa a fim de poder ser examinada pelos dignos pares, e isto no caso de se não imprimir, porque imprimindo-se não tem logar esta indicação.

O sr. Visconde de Algés—pediu que se concedesse a palavra aos dignos pares que desejassem tratar d'este objecto, cuja proposta ia enviar para a mesa.

O sr. Marquez de Vallada—por causa do surro da camara não pôde perceber bem, mas presumiu que o sr. visconde de Fonte Arcada pediu que a proposta do sr. visconde de Algés ficasse sobre a mesa para ser examinada. Pede permissão para expender algumas observações sobre o assumpto.

Uma voz—pode fallar.

O sr. Presidente—concede a palavra ao digno par.

O sr. Marquez de Vallada—presume que a presente proposta é ampliação ou additamento á que o mesmo digno par o sr. visconde de Algés apresentou n'outra sessão, tendente a regular as interpellações e o uso da palavra pedida sobre a ordem. Encontra mui limitado o prazo de meia hora para se verificarem as interpellações. Se bem que entende que na proposta não ha pensamento reservado de impedir as discussões, deseja contudo que o auctor d'ella dê as precisas explicações para que não haja receio de que se cerceiem as prerogativas dos dignos pares.

O sr. Visconde de Balsemão—não impugna a proposta do sr. visconde de Algés, e está convencido, e a experiencia assim l'ho tem mostrado, que da maior parte das interpellações não se ha tirado resultado nenhum, a não ser perda de tempo e deixar-se de proceder a negocios importantes para o paiz, porque ordinariamente de todo o tempo que se leva em taes discussões poucas vezes se tira resultado.

Já as sessões de ordinario abrem-se depois da hora marcada no regimento, principiando geralmente ás 3 horas: em seguida annuncia-se uma interpellação que muitas vezes se verifica logo, e toma assim todo o tempo da sessão, deixando preteridos os negocios publicos, sem o paiz tirar d'isto resultado algum. Por conseguinte para não se darem taes inconvenientes, como vinha de ponderar, e para se não tolher a liberdade de se fazerem as interpellações, declara que vota pela proposta do sr. visconde de Algés, porque ella satisfaz a todas as necessidades.

O sr. Visconde de Algés—pediu a palavra para com muito gosto dar uma explicação ao digno par o sr. Marquez de Vallada, a quem está sempre prompto a dar quantas explicações s. ex.º exigir.

Não lhe parece que a proposta que acabava de fazer possa tolher a palavra a qualquer digno par que deseje dirigir alguma interpellação ou interpellações, sobre um ou muitos objectos que presuma importantes.

Que propõe elle orador?... Que, passada meia hora depois da leitura da correspondencia, a camara entre na ordem do dia. Dividirá, portanto, elle orador, as interpellações em duas classes: uma d'ellas que os dignos pares comecem por enunciar, e acabam por perguntar ao respectivo ministro quando está presente, se s. ex.º se acha habilitado para responder, e se o ministro responde affirmativamente, e a camara annue, entra-se immediatamente na discussão sem limite de tempo. A outra classe é das que são annunciadas e formuladas, seguindo as determinações do regimento, passando pelos tramites prescriptos, enviando-se para a mesa, fazendo-se d'ellas a competente comunicação ao ministro, o qual declara quando está prompto a

responder, designando-a depois o sr. presidente para ordem do dia. Por conseguinte, longe de ficar prejudicado com a proposta d'elle orador o direito que todo o digno par tem de dirigir interpellações, presume que, ao contrario, fica mais garantido, porque essa interpellação ou interpellações, que se fizerem, hão de ser dadas necessariamente para ordem do dia.

Presume que o digno par o sr. Marquez de Vallada se dará por satisfeito com esta sua explicação.

O sr. Marquez de Vallada—declarou ficar satisfeito.

Posta á votação a proposta do sr. visconde de Algés foi approvada.

O sr. Presidente—determinou que se passasse á ordem do dia, concedendo a palavra ao sr. Marquez de Niza, sobre a sua annunciada interpellação.

O sr. Marquez de Niza—sr. presidente, tenho tido a desgraça de ver ardar de umas sessões para outras esta minha interpellação; mas embora algumas das circumstancias que se dayam, quando a annunciava, já se não deem, como ainda subsistem outras, realisarei hoje a interpellação que versa, conforme já o declarei, sobre as medidas que o governo tenciona adoptar acerca do nosso lazareto em Lisboa, porque isso que ali existe, com o nome de lazareto, é impossivel poder continuar a existir no estado em que se acha.

A questão do contagio ou não contagio tem occupado, de ha muito, os homens especiaes da sciencia, e têm-se elles dividido em dois partidos, um cujas opiniões são que ha molestias contagiosas, outro de que as não ha. O nosso conselho de saúde, que n'esta parte representa o governo, é de opinião, isto é, partilha das idéas dos contagionistas, e é de baixo d'este ponto de vista, que tenho de dirigir as minhas perguntas e de fazer as minhas reflexões, pois que esta é a opinião por assim dizer official entre nós.

O systema contagionista estabeleceu os lazaretos, e todas as medidas, já se vê, tendentes a que estes estabelecimentos tão importantes e necessarios sejam uma realidade; mas o lazareto que infelizmente ali temos, como já disse, não pôde de modo algum preencher o seu fim, porque lhe faltam todas as condições que são indispensaveis. O lazareto está muito mal collocado, no verão está exposto ao sol mais ardente, no inverno aos ventos mais desabridos, contendo um limitado espaço, dividido em quartos mui pequenos, mal repartidos, mal arejados e muito humidos, que apenas podem conter umas oitenta pessoas, quando muitas vezes acontece ser preciso accommodar ali quinhentas ou quinhentas pessoas, e quanto mais for augmentando o movimento commercial com as linhas ferreas e vapores, tanto maior será o numero de quarentenarios que o lazareto de Lisboa terá de receber.

Ali não ha separação alguma, quando todos sabem que os passageiros de diferentes portos devem estar separados uns dos outros, porque diversas podem ser as doenças d'esses portos; que deve haver sobre elles a mais vigilante policia, para que uns não possam ter contacto com os outros; que deve haver separação de enfermarias, sendo umas para as molestias contagiosas e outras para as não contagiosas; que deve haver todo o espaço e commodidades. E no entanto nada d'isto se encontra n'esse nosso lazareto; não ha separação de passageiros, não ha separação de enfermarias, não ha policia, e não ha commodo; o serviço ali é mal feito, o numero de empregados é limitadissimo, e tão limitado que não podem vigiar os quarentenarios.

Nem um escalor ou bote tem seu lazareto, o serviço ali é feito ou pelo escalor da saúde de Pedrouços, ou por algum da alfandega, e é claro que estes nem sempre podem estar disponíveis para se empregarem.

Outra falta notavel, e falta gravissima, n'um paiz tão religioso como é o nosso, é o não haver ali um capellão, não obstante o ter-se já pedido não uma mas muitas vezes, e até ali existe uma ordem dada pelo sr. cardeal patriarcha aos parochos das freguezias da outra banda, prohibindo-os de ir ao lazareto; de modo que os doentes, que morrem no lazareto, morrem privados dos socorros espirituales! e lá são enterrados pelos moços do serviço!

Odeiamos que é incommodissimo e perigoso, pois nem ao menos ha um caes acabado. Ha effectivamente um pontão para recolher os passageiros que não cabem no lazareto ou se querem conservar apartados; mas é um pontão em pessimo estado, sem esca-das nem divisões ou repartimentos alguns, de modo que as senhoras são içadas o mais indecentemente e ficam juntamente, ou pelo-mêdo (como dizem os francezes), com os homens, e os mais grosseiros e ordinarios etc.; segundo-se d'este estado de cousas, que um passageiro, que teve a desgraça de vir n'um navio que se torna suspeito, lá fica lançado n'uma prisão horrosa durante muitos dias, os vexames e as privações que terá de passar hão de ser immensas. Nos lazaretos que existem lá fóra encontram-se todas as commodidades necessarias, e para nada faltar até ha jardins espaçosos e agradaveis.

Ali os ricos podem pelo seu dinheiro alcançar aquelles commodos a que estão acostumados, e os pobres estão com limpeza e abundancia sem que nada lhes custe, mas cá no nosso lazareto, nem para os pobres nem para os ricos ha nada, todos juntos sofrem os mesmos males, e estão de maneira aglomerados que declarando-se um caso de febre amarella, por exemplo, ali está logo todo o lazareto tornado um foco de infecção!

Eis aqui as opiniões dos contagionistas a este respeito (leu).

Portanto os individuos que são mandados para o nosso lazareto ficam em circumstancias taes que se porventura a molestia contagiosa de que alguns estão, ou podem ser atacados, é transmissivel pelo contacto, transmittem-a immediatamente uns aos outros, pois o contagio existe continuamente; se pelo contrario o contagio consiste na propagação, a distancia, por meio das emanações de um foco de infecção que emite miasmas gazozos, não ha duvida que em uma tão grande aglomeração e em tão má circumstancias, como as do lazareto e do pontão, o foco ha de forçosamente ali estabelecer-se e uma vez fixado em tão favoravel situação essa especie de fermento, será quasi impossivel extirpa-la por muito tempo.

Sr. presidente, o estado em que forçosamente têm de se ver os passageiros que vão para o lazareto é tão excessivamente desgraçado que o conselho de saúde, ultimamente, não teve remedio, por muito d'os que lá estavam, senão reduzir-lhes o numero de dias d'aquelle tormento de oito a cinco, entretanto é força que se saiba que aquelles passageiros tinham vindo de paiz onde reinava a febre amarella. Que responsabilidade pois não tomou sobre si o conselho de saúde (apoiado)? Mas em que responsabilidade não incorreria tambem o conselho, se não tivesse tomado esta deliberação no caso que se tivesse declarado e desenvolvido molestia entre aquelles individuos que estavam por tal forma ali encaerados?

Ora, eu devo confessar que o sr. ministro do reino, a cujo cargo está o lazareto, mostrou desejos de remediar este mal, ainda hontem o ouvi em conversação particular de s. ex.º, e já eu sabia que o sr. ministro foi á Feitoria, á Trafaria e outros diversos sitios, acompanhado de pessoas intelligentes e competentes na especialidade, para procurar outro local onde se estabelecesse o lazareto, e de todas as investigações resultou conhecer-se que não ha

via, infelizmente, melhor local do que aquelle onde existe o chamado lazareto. Mas o que eu digo é que, por não se poder melhorar de localidade, não se deve deixar de cuidar em introduzir todos os melhoramentos possiveis no que existe (apoiado); construa-se pois ali mesmo um lazareto com todas as condições que a humanidade e a civilização aconselham. Nós já não estamos no tempo em que em Florença os tribunales condemnavam á morte pelo fogo e machado todos os homens que eram accusados de propagar a peste.

Não estamos já como em 1559, quando em Paris houve tambem a peste, e que o parlamento de Tolosa deu authorização a toda a gente para matar os individuos que se suppunha que untavam as portas com certas materias que produziam ou atraíam esta molestia. Agora o que manda a civilização é facilitar a toda a gente, que se vê na necessidade de se sujeitar áquella especie de prisão, todos os commodos com as probabilidades de saírem d'ali vivos e saíes.

Eu bem sei que no nosso lazareto se tem feito já algumas obras, creio mesmo que ellas já tinham começado antes de entrar no ministerio o actual sr. ministro do reino, mas os melhoramentos são quasi nulos por em quanto, ou de muito pequena importancia; fizeram-se alguns armazens e era justo que se fizessem para arrecadação de fazendas que estão sujeitas a quarentena; mas eu acho que em primeiro logar se devia tratar da commodidade e segurança dos individuos. Fez-se tambem uma porção de caes, mas tenho ouvido dizer a pessoas bem informadas e officiaes de marinha que a tal porção de caes que se fez é em localidade tão desabrigada que se não podem ali demorar quasi tempo nenhum os barcos que trazem os quarentenarios, pois a demora ali se torna incommoda e mesmo perigosa: é verdade que se fez depois uma especie de caldeira para abrigar esses barcos, começou-se essa obra e com cantaria, mas que succedeu? Essa obra teve a sorte de muitas cousas nossas: começou-se sem se calcular as difficuldades da execução e só quando se chegou a certa altura se conheceram os defeitos e os inconvenientes, pois que o fundo era a uma grandissima altura, o que obrigou a parar com a obra tendo-se, feito já muita despeza pois se gastaram creio que uns 80.000\$000 réis. Ora nós votámos aqui uma verba de 800.000\$000 réis para melhoramentos da capital e do lazareto; publicou-se a carta de lei de 14 de agosto de 1858 pela qual se vê que se cumpriu esta determinação; no relatório do sr. ministro da fazenda apresentado este anno diz-se que para esse fim se deram effectivamente ao ministerio do reino, ao das obras publicas e á camara municipal 482.000\$000 réis pouco mais ou menos, portanto deviam existir perto de 320.000\$000 réis; mas suppondo mesmo que não existam porque a varagem das despesas correntes tenha absorvido mais isso, eu creio que o parlamento não recusará ainda assim votar uma verba para acudir a cousa tão importante. E se o governo tiver n'isso repugnancia ou alguma duvida, tem outro meio de conseguir o mesmo fim, que é o de estabelecer que em todos os portos de mar onde ha lazareto os navios fiquem sujeitos a pagar um imposto especial, que tenha essa applicação tambem especial (apoiado). Effectivamente eu acho que com esse imposto seria muito facil crear-se uma verba de receita annual que daria bem para sobre ella contrahir-se um emprestimo ou fazer-se um contrato para a arrematação da construção do lazareto, debaixo de um plano que fosse previamente aprovado, ficando o producto do imposto obrigado a amortisar e pagar o juro ao contrahido ou ao mutuante.

Ora, alem d'esta medida pertencente á classe de medidas permanentes, que é inevitavel tomarem-se, devem-se empregar outras provisórias. O quadro das quarentenas é hoje garantido apenas por algumas rondas que vão ou não vão, que vão quando lhes parece, e que por consequencia tornam inevitavel o contrabando.

Sr. presidente, tocando agora n'isto é preciso que diga que não olho n'este momento para os inconvenientes fiscaes como para os sanitarios, que é do que me propuz tratar hoje aqui. Mas na verdade convém que se pergunte tambem para que servem as quarentenas quando ha toda a facilidade no contrabando? (O sr. Visconde de Fonte Arcada:—Apoiado.) É necessario pois por todos estes motivos, que se estabeleça uma policia especial para guardar conveniente e rigorosamente o quadro das quarentenas. É necessario que, em quanto se não faz o lazareto novo, se promptem igualmente como provisórios dois pontões que apresentem as necessarias condições de segurança e salubridade a quem lá estiver.

Todas estas medidas, que ha muito são necessarias e urgentes, creio que se tornam agora ainda mais, pois sem querer atear a camara direi que tenho ouvido a medicos, cuja opinião respeito, que existe agora em Lisboa uma tendencia na atmosfera o no organismo para as molestias dyptericas, visto que estamos debaixo de uma constituição medica tal que apresenta uma grande tendencia a que no caso que viesse a febre amarella possa esta grasar e desenvolver-se á nossa custa; e portanto não posso deixar de renovar as minhas instancias ao sr. ministro do reino, para que ponha em pratica todos os meios de chegarmos aos melhoramentos definitivos que tanto são reclamados no lazareto e estabelecimentos annexos.

Pouco pois a s. ex.º que tenha agora ao menos a bondade de declarar quaes são as suas intenções a tal respeito.

(Entraram os srs. ministros das obras publicas, e da fazenda.)

O sr. Ministro do reino—expoz que a camara ouvira com toda a attenção as observações do digno par o sr. Marquez de Niza, nascidas sem duvida do seu zelo pela causa publica, e em especial por um ramo de serviço que, debaixo de todos os pontos de vista, deve merecer a mais seria attenção do parlamento.

Não contesta, elle orador, a maior parte, pelo menos, se não todas, as observações do digno par, porque são fundadas em factos verdadeiros; porém ellas são mais a enumeração (o presume) não interpretar mal as intenções do digno par) das nossas desgraças, do que uma censura á administração actual, porque, não era de esperar, nem de exigir, que o governo tivesse feito, desde que está á frente dos negocios publicos, tudo quanto era necessario para transformar um acanhado e mau lazareto, em um bom edificio com todas as condições que se exigem em estabelecimentos d'este genero.

É verdade reconhecida que existem todos os inconvenientes e defeitos que se tem notado no lazareto, e que todos os governos, mais ou menos, têm procurado melhorar-lhe á custa de despesas consideraveis, e de medidas administrativas tomadas, já directamente pelo governo, já pela repartição superior que preside a estes negocios, que é o conselho de saúde publica do reino, o qual constantemente se tem empenhado para conseguir todos os melhoramentos n'este ramo de serviço; e folga, o orador, de se lhe apresentar esta occasião para dar testemunho, como ministro do reino, do zelo, dedicação e boa vontade com que se empregam no serviço os membros do conselho de saúde publica do reino.

(O sr. Marquez de Niza—apoiado.)

Quando teve a honra de entrar para o ministerio em março de 1859, achou uma authorização, a qual tinha ajudado a votar na qualidade de deputado, habilitando o governo a empreender alguns melho-

ramentos na capital, e no serviço da saúde pública, em que se comprehendia também o melhoramento do lazareto. Nestas obras tinha-se despendido uma somma de cerca de 20.000\$000 réis até aquella data, e desde então em diante se tem gasto no mesmo serviço mais de 60.000\$000 réis.

Trata-se de pôr em praça a arrematação do edificio que ha de servir de hospedaria aos passageiros que forem para o lazareto. Já se vê que o governo não duvida applicar as sommas precisas para a construção d'esse edificio, nem deixará de pedir ao corpo legislativo quanto necessario seja para tal fim, se as sommas já votadas não forem sufficientes. Depende porém a feitura de taes obras da approvação de projectos, sobre os quaes tem de ser ouvida a opinião dos medicos, do conselho de obras publicas e de architectos; se bem que em todas estas etapas está quasi decidido qual o plano de construção para a hospedaria do lazareto; do que resulta que pouca demora pôde ter a realisação d'este importante melhoramento. Não era porém só de hospedaria que se devia tratar; também se fazia necessario onde desembarcar e alojar as mercaderias; e como tudo se não podia fazer simultaneamente, fez-se o que foi possível, e o caes está quasi concluido.

Não pôde elle, orador, concordar com o digno par em que a obra do caes seja má, nem que o porto ficasse obstruido, nem que se torne perigoso ás embarcações pequenas atracarem a esse caes, porque já foi examinada a obra, e não lhe reconhece taes defeitos.

Relativamente ao local, expoz que também examinou diversos pontos nas margens do Tejo, aonde se presumisse que com mais conveniencia se podesse collocar um estabelecimento d'esta natureza: foi a S. Julião, ao Montijo, á Trafaria, e a muitos outros pontos, acompanhado por officiaes de marinha e por membros do conselho de saúde, decidindo-se por fim que de todos os pontos, por onde se podia escolher, o mais aproveitavel era aquelle onde se acha collocado.

No lazareto não se podia desembarcar, e ainda em 1851, achando-se elle, orador, no ministerio da marinha, algumas obras se fizeram para se conseguir melhorar o ponto de desembarque. Ahi está portanto agora um caes permanente e seguro, pois aquelle logar é muito desabrigado, e os ventos do norte que reinam nestas paragens tres quartas partes do anno, batem constantemente aquella posição; attendeu-se igualmente á segurança no desembarque dos passageiros, para o que foi preciso fazer um redente. Não bastava porém só isto; eram necessarios os armazens, pois que chegando as mercaderias e não havendo aonde as desembarcar, fazia-se preciso reter os navios por muito tempo, causando-se com esta demora um damno immenso ao commercio, contra o qual haviam reclamado por diversas vezes os negociantes. A construção portanto dos armazens era uma das obras de mais instante necessidade, e desde 1852 para cá tem-se construido nada menos do que quinze, além de seis que já havia, e todos com as condições proprias para o seu mister.

Recapitulava, pois, que tendo-se primeiramente procurado local que se entendesse mais appropriado, as circumstancias forçaram a aceitar as cousas como estavam pelos inconvenientes que se apresentaram; que depois que elle, orador, está encarregado da pasta do reino se tem despendido nestas obras 62.000\$000 réis; que em quanto á hospedaria, se fez primeiro um plano que não foi approvado, e o segundo, que é o que se espera levar á execução, dentro em pouco será approvado. Poderia o governo ter feito certas obras para evitar alguns inconvenientes que se dão no lazareto, mas aquelle edificio está velho, e não pôde satisfazer os fins para que foi destinado; e assim taes obras seriam um erro, e um desperdicio porque depois não se poderiam aproveitar.

Tratou-se portanto de augmentar provisoriamente o estabelecimento por meio de pontões, que sendo na verdade uma cousa má, é o melhor que nas circumstancias se podia fazer. Para esses pontões foram destinadas a corveta *Oito de Julho*, e o vapor *Conde do Tejal* que está condemnado por não poder servir, e tem uma coberta grande e algumas camaras aonde se podem alojar trinta ou quarenta pessoas. Por esta forma se buscou attenuar os inconvenientes da pequenez do lazareto.

Passou o orador a responder á pergunta do digno par sobre o que pensa o governo fazer a tal respeito. Primeiro que tudo é mandar proceder á approvação da planta da hospedaria, para depois se verificar a sua construção; mas tanto para esta obra, como para as outras que ainda se fazem indispensaveis n'este estabelecimento, são necessarios meios, e portanto brevemente apresentará uma proposta na camara dos srs. deputados para regular este negocio, e estabelecer um pequeno imposto, pago pelos navios que entrem no porto de Lisboa, e que julga produzirá uma somma sufficiente para prover aos encargos do emprestimo, que for necessario contrair para o resto da construção do lazareto.

Parece-lhe ter respondido a todas as observações do digno par, e espera de s. ex.ª que se dê por satisfeito com estas explicações...

O sr. *Marquez de Niza*:—observou que ainda faltava responder relativamente ao capellão.

O orador:—concordou em que assim era, mas não devia ser de estranhar que deixasse na interpegação de satisfazer a algum ponto, e tem feito a observação de que, quando se annuncia uma interpegação, o interpellante exige depois do ministro um exame. De si diz que tem feito muitos exames vagos quando estudante, mas que já ministro, e tratando-se do assumpto de lazaretos, não o esperava fazer; devendo notar os dignos pares a diferença que ha entre o interpellante e o interpellado, pois aquelle sabe o que ha de perguntar, e este não o sabendo não se pôde precaver, nem preparar para a resposta a todos os pontos sobre que versar a interpegação (*apoiados*). Não sabe se ha, ou não capellão no lazareto, porque não é o inspector d'este estabelecimento, mas tem uma idéa do contrario do que s. ex.ª afirma a tal respeito. Se contudo na actualidade não ha capellão, parece-lhe que os padres da proximidade d'aquelle estabelecimento assistem aos enfermos nos seus ultimos momentos. Toma nota d'este objecto para providenciar pelo modo que for mais conveniente, porque n'esta occasião não pôde responder com exactidão ao digno par.

Limita-se, portanto, a estas explicações, e julga que tem satisfeito, quanto lhe foi possível, aos desejos do digno par.

O sr. *Marquez de Niza*:—o sr. ministro, com a sua costumada facilidade e talento, tratou de dar uma cor mais risonha ao quadro triste que eu tinha apresentado, mas também com a sua lealdade e cavalheirismo confessou que eram verdadeiras a maior parte das minhas asserções, se não todas. Entretanto s. ex.ª accusou-me de o querer submeter agora a um exame vago sobre este objecto. Não creio isto, porque me consta que o conselho de saúde informou já o governo muitas vezes a respeito da falta do capellão, antes e depois que s. ex.ª é ministro, não ao tanto quinze vezes, e se quiser examinar isto na secretaria do reino ha de achar que é verdade. Portanto parece-me que o exame não é tão vago, quando o disculpou teve quinze notas, que podia consultar para responder ao examinador, e bastantes dias para se preparar para isso. Entretanto se o surpreendi pego desculpado a s. ex.ª

Quando a não mandar fazer obras destacadas ou remendos, como se costuma dizer, acho que fez bem, e mesmo parece-me que teria sido melhor, antes dos armazens, mandar proceder a outras obras mais necessarias; entretanto repito, que não reprovo a s. ex.ª não ter mandado fazer obras soltas, e digo que fez muito bem. Se se tivesse que remover o lazareto para outro local, o caes fôra ali para nada servir, nem os armazens, tendo-se podido antes fazer estas construcções já em relação com todas as outras partes e edificio, porque não é só a hospedaria que se deve construir, são armazens, cozinhas, e enfermarias para molestias contagiosas e não contagiosas, jardins para arvores, e muitas outras commodas officinas, como ha em toda a parte, como eu as vi em Malta, em Marselha, e em quasi todos os portos do Mediterraneo. Entretanto agradeço ao sr. ministro do reino a benevolencia com que me respondeu, e tomo nota das promessas que s. ex.ª fez, de que em pouco tempo ha de mandar proceder á approvação da respectiva planta, e seguir-se a construção d'estas obras, ou por arrematação, ou por qualquer outra maneira mais conveniente.

O sr. *Presidente*:—observou que estava quasi a dar a hora, e achava-se também inscripto para a interpegação o sr. visconde de Ponte Arcada...

O sr. *Visconde de Ponte Arcada*:—annui a que esta se reservasse para outro dia (*apoiados*).

O sr. *Presidente*:—nestes termos chamava a attenção dos dignos pares sobre a ordem do dia da seguinte sessão. Havia de se imprimir o interessante objecto do parecer das commissões reunidas sobre o caminho de ferro, e ouvido a este respeito o competente empregado da secretaria, para se saber o tempo que levará a imprimir, calculou-se que a impressão não se poderia concluir em menos de dois dias. Contando-se também o dia para a distribuição, que tinha de ser feita pelas casas dos dignos pares, e o tempo necessario para se estudar o assumpto, não era possível haver sessão antes de segunda feira 23 do corrente (*apoiados*). Portanto, dava para ordem do dia de segunda feira, em primeiro logar o parecer sobre o caminho de ferro, e depois as interpegações.

Declarou fechada a presente sessão.—*Eram quasi cinco horas.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 17 de abril de 1860

Os srs. visconde do Labrijo; duque da Terceira; marquezes de Ficalho, de Fronteira, do Niza, de Vallada; condes das Alencovas, da Arrochella, do Bomfim, de Mello, de Peniche, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral; viscondes de Alges, de Balsemão, de Benagzil, de Castellões, de Castro, de Fonte Arcada, de Fornos do Algodres, da Granja, da Luz, de Sá da Bandeira; barões de Arruda, de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Margiuchi, Aguiar, Larcher, Izidoro Guedes, Eugenio de Almeida, Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 25 DE ABRIL

PRESENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Ao meio dia verifica-se, pela chamada, das actas presentes 61 srs. deputados.

O sr. *Presidente*:—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Mandam-se lancar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Gouveia Osorio, de que faltou á sessão de hontem por motivo justificado.—*Inteirada.*

2.ª Do sr. Garcia Feres, de que o sr. Coelho de Carvalho não pôde comparecer á sessão de hoje por motivo justificado.—*Inteirada.*

CORRESPONDENCIA

1.ª Um officio do ministerio do reino, participando no dia 29 de abril corrente, pela uma hora da tarde, haverá recepção em grande gala no real palacio das Necessidades, por ser o anniversario da outorga da carta constitucional.—*Inteirada.*

2.ª Do mesmo ministerio, participando que não existe n'aquelle ministerio documento algum relativo ao emprestimo que pretende contrahir a camara municipal de Ponta Delgada, porque foram devolvidos ao governador civil do respectivo districto, para os fazer reformar e additar em forma de serem presentes á camara.—*A commissão de administração publica.*

3.ª Do ministerio das obras publicas, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Julio de Carvalho sobre as estradas de Villa Real a Mirandella, passando por junto de Murça.—*Para a secretaria.*

4.ª Uma representação da camara municipal de Ovar, pedindo que se votem meios para se continuar a estrada entre Ovar e Oliveira de Azeméis.—*A commissão de obras publicas.*

5.ª Das religiosas dos conventos de Lisboa, contra a desamortição dos seus bens, e pedindo a liberdade das profissões.—*A commissão ecclesiastica.*

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.ª Requeiro, por parte da commissão do exame das consultas das juntas geraes dos districtos que o governo envie a esta camara as consultas relativas aos annos de 1858 e 1859, e os relatorios dos governadores civis, respectivos aos mesmos annos, a fim de que a commissão possa começar os seus trabalhos.—O secretario da commissão, *Ferreira de Miranda.*

2.ª Requeiro que, pelo ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça, se peça ao governo a representação que os habitantes do extincto concelho de Maiorca, no districto de Coimbra, fizeram ás cortes para serem desanexados do concelho da Figueira, e que por esta camara lhe foi enviada em officio de 3 de agosto de 1854.

Requeiro mais que, pelo ministerio do reino, se peça ao governo as representações successivas que pelos habitantes do sobredito extincto concelho de Maiorca e pela junta de parochia, lhe foram dirigidas para aquelle mesmo fim de ser desanexado e restituído á sua antiga cathedra de concelho, com todos os documentos que vieram juntos a ellas, assim como a consulta da junta geral de Coimbra convocada em 1854, para tomar em consideração as representações d'este e de outros extinctos concelhos sobre o mesmo objecto.—*Lopes Branco.*

3.ª Requeiro que, pelo ministerio da fazenda, se peça ao governo uma conta da somma em que importam as decimas e contribuições directas que se acham atrasadas e por pagar até ao fim do anno civil de 1859.—*Lopes Branco.*

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura o seguinte requerimento:

Requeiro que sejam impressos no *Diário de Lisboa* os dois projectos de lei que eu apresentei n'esta casa na sessão legislativa de 1853, que se acham na commissão de vinhos, que os devolvêr para esse fim, a mesa, se a camara conceder a impressão que peço.—*Afonso Botelho.*

Não é approvado.

O sr. *Presidente*:—na conformidade da resolução da camara na sessão de hontem, o uso da palavra nella da ordem do dia fica reservado para as tres horas, e entra-se já na ordem do dia.

ORDEM DO DIA

DISCURSO DO PROJECTO DE LEI N.º 18

Senhores.—As commissões reunidas de fazenda e obras publicas tendo examinado, como lhes cumpria, o contrato para a construção dos caminhos

de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, a que se refere a proposta de lei do ministro das obras publicas de 13 de fevereiro de 1860, vem submeter ao vosso esclarecido juizo a sua opinião sobre este importante objecto.

As condições d'este contrato são em geral as mesmas que se encontram no contrato com D. José de Salamanca para a construção das linhas do norte e de leste, e por consequencia as mesmas que se lêem na maior parte dos cadernos de encargos que regulam nos outros paizes negocios d'esta ordem. As estipulações aqui adoptadas são aquellas que a experiencia e a lição dos outros povos apontam como garantias mais efficazes para a realisação segura e completa das obrigações reciprocamente contrahidas entre os governos e os concessionarios.

Como já tendes, senhores, o conhecimento d'aquelle contrato, julgam as commissões reunidas dever chamar a vossa attenção principalmente para aquelles pontos em que n'este encontram alguma differença.

O caminho de ferro deve seguir das Vendas Novas a S. Thiago do Escorial, bifurcando ahi para Evora e Beja, e seguindo em todo este trajecto a directriz do engenheiro Brandão, salvas modificações propostas pela empresa, mas dependentes da approvação do governo. A extensão total do caminho contractado é de 120 kilometros, os quaes segundo o artigo 57.º do contrato deverão ser abertos ao transitio publico dentro do prazo de tres annos, contados do dia em que começarem as obras, com todo o seu material fixo e circulante, edificios accessorios e todas as dependencias, enfim, de que trata o artigo 1.º e outros d'este contrato.

O sistema seguido n'este contrato é ainda o de subvenção. O governo, por decreto de 8 de agosto de 1859, tinha aberto concurso para a construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja; tendo porém este concurso ficado sem effeito por falta de concorrentes, o ministro das obras publicas resolveu contratar directamente com a actual empresa por 16.000\$000 réis de subvenção por kilometro, a qual na extensão de 120 kilometros perfaz o encargo total de 1.920.000\$000 réis, somma que representa o custo por que fica ao paiz esta obra importante para todos, mas importantissima para a provincia do Alentejo e para Lisboa.

Esta somma porém não fica toda a cargo do thesouro, por quanto:

Deduzindo 3.000\$000 réis por kilometro no districto de Beja, subsidio que este offereceu ao governo, o que dá um total de 120.000\$000 réis, por isso que o caminho de ferro percorre 40 kilometros aproximadamente dentro d'este districto.

Deduzindo mais o valor das expropriações feitas no mesmo districto, offerecidas também gratuitamente ao governo, o que importa a diminuição de 500\$000 réis por kilometro, na subvenção paga pelo governo, segundo o que dispõe o artigo 27.º d'este contrato, o que dá ainda nos mesmos 40 kilometros uma somma de 20.000\$000 réis.

Deduzindo mais 1.200\$000 réis por kilometro, subsidio offerecido pelo districto de Evora, aonde o caminho percorre 80 kilometros aproximadamente, o que importa por consequente em 96.000\$000 réis, fica assim reduzido o encargo total que deve ser pago pelo thesouro a 1.684.000\$000 réis.

Por esta forma ficará ao thesouro só o encargo annual de proximamente 109.460\$000 réis d'aqui a tres annos, ou depois de construido o caminho.

As condições de construção, de fornecimento de material, de exploração, da remissão, as garantias, as penas e todas as estipulações que costumam ajustar-se em contratos taes, são ainda as mesmas que foram estipuladas no contrato de 17 de setembro de 1859 para a construção das linhas de leste e do norte, salvas algumas alterações que vamos indicar.

No artigo 3.º determina-se que as expropriações e obras de arte serão feitas para duas vias, deixando os aterros para a epocha que o contrato designa para o assentamento da segunda via, condição esta que se não encontra no citado contrato de 17 de setembro, mas que está em harmonia com a resolução tomada pelas commissões reunidas relativamente a esse mesmo contrato. No mesmo artigo se determina também, que a construção da segunda via terá logar logo que a receita bruta annual chegar á somma de 4.800\$000 réis por kilometro, quantia pouco inferior áquella que se estipulava no mencionado contrato para a linha de leste.

O artigo 5.º estabelece que o maximo dos decilvres será de 0.007 por metro, mas em alguns casos poderá subir até 0.010 por metro quando isso for indispensavel: no contrato de 17 de setembro esta limitação pôde ser superior com autorisação do governo, porém a disposição do terreno menos cortado de accidentes notaveis que dificultem a construção do caminho explica naturalmente esta differença.

No artigo 7.º fixam-se as mesmas larguras para a via e entrevia que foram fixadas para as linhas do norte e de leste; quanto porém á largura do caminho só se determina a largura do balastro como base, devendo as outras dimensões accessorias ser reguladas em relação a esta, o que evita as duvidas suscitadas sobre este objecto no artigo correspondente do contrato de 17 de setembro.

No artigo 8.º estipula-se que o peso dos carris será de 37 kilogrammas por metro corrente, em quanto que no citado contrato se admittia o peso de 34 kilogrammas para o primeiro assentamento; o que é sem duvida uma condição de melhor construção, mas o que importa um maior dispendio para a empresa.

No artigo 17.º estabelecem-se para os subterraneos as mesmas dimensões que as commissões julgaram insufficientes no outro contrato. Aqui porém não pôde dar-se a mesma duvida, porque a natureza do paiz que este caminho atravessa dá-nos quasi a certeza de que não haverá necessidade de construir subterraneos; e se algum houver, será de curtissima extensão. E quando por qualquer circumstancia ainda não estada se reconhecesse que estas ou outras quaisquer dimensões designadas n'este contrato são exigidas, ali vem logo o meio de evitá-las sem mal no § 1.º do mesmo artigo 17.º

Para regular os preços da condução dos passageiros e a revisão das tarifas, estabelece o artigo 39.º as mesmas regras que se adoptaram n'este ponto para o caminho do norte e de leste. Aqui porém a tarifa que vigora desde que se foram abrindo successivamente as secções construídas até á conclusão do caminho é a tarifa legal do caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas, desaparecendo portanto o outro inconveniente do contrato com D. José de Salamanca sobre a tarifa que deveria vigorar desde a concessão definitiva até á conclusão d'aquella importante obra. Também no § 4.º d'este artigo se acha estabelecido como regra o que no contrato das linhas de norte e leste foi proposto como alteração e approvedo pelas commissões; isto é, que quando o governo entendia dever baixar a tarifa por motivos de interesse e conveniencia publica, e a empresa não concordava n'esta alteração, poderá aquelle contrato fazer-lo por uma lei que garanta a esta as mesmas vantagens e interesses que obtinha antes d'esse abaixamento.

As questões que se suscitarem entre o governo e a empresa serão também resolvidas por um juizo arbitral estabelecido do mesmo modo e nas mesmas condições, como no contrato com D. José de Salamanca, menos para as questões de arte, porque n'este caso se os arbitros das duas partes não com-

binarem nem na maneira de resolver a questão, nem na nomeação do terceiro arbitro, será este então escolhido á sorte d'entre os dois que forem designados, um pelo arbitro do governo, outro pelo da empresa. Este methodo autorisado pelo uso de outros paizes para estabelecer o juizo de arbitros entre as companhias e os empreiteiros, quando na occasião de contrahirem não nomeiam logo por commun accordo um arbitro unico, é evidentemente aquelle que reúne as condições de mais perfeita igualdade, e que portanto melhor deve satisfazer as justas reclamações das partes, quando as haja.

Neste contrato também a empresa não é obrigada a constituir-se em companhia antes de começar os trabalhos. Porém como no artigo 68.º se commina á empresa a pena de rescisão do contrato, e perda de caução no caso de não começarem os trabalhos tres mezes depois da data da lei que approvar o mesmo contrato, no § unico do artigo 70.º deixa-se ao governo a prudente faculdade de escapar este prazo, quando o estado do mercado monetario da Europa torne eventualmente difficil a formação da companhia. Esta autorisação parece de equidade, e não deverá importar um grande adiantamento, porque a hypothese que se previne não deve presumir-se que possa ser de grande duração.

Ha além d'isto um artigo adicional, que é ainda uma justa concessão feita pelo governo á empresa, solicitada pelo seu representante n'esta capital, John Sutherland Valentine, por carta de 18 de janeiro de 1860 ao ministro das obras publicas. Consiste esta concessão em garantir a empresa contra o risco eventual de ser remido o caminho segundo as prescripções e prazos marcados n'este contrato, sem que o seu rendimento tenha produzido uma somma que seja sufficientemente remuneradora dos capitales desembolsados pela empresa. A estipulação que faz objecto do artigo adicional, limitada a trinta annos depois da conclusão da linha, encontra-se também em muitos contratos de caminhos de ferro, e com mais largos limites, porque o interesses dos governos é auxiliar as empresas e nunca arruiná-las; no nosso porém é da maior equidade e justiça, por isso que o paiz que este caminho atravessa é por ora pouco desenvolvido, por falta de communicações.

As condições que succintamente acabamos de expor á vossa consideração, e as mais que omitimos, por serem iguaes ás do contrato de 17 de setembro, parecem assegurar ao paiz todas as vantagens que razoavelmente se podem desejar; por quanto o preço da subvenção é diminuto comparado com contratos analogos em outros paizes; e aqui se encontram todas as estipulações que devem garantir-nos a sua completa execução; pelo que, e attendendo a que a provincia do Alentejo é um dos centros de mais activa produção agricola do paiz, apesar dos obstaculos com que luta pela falta quasi total de communicações, e a carestia dos transportes;

Attendendo a que a industria mineira tem também n'esta provincia um grande futuro pela grandeza e numero de ricos jazigos metalliferos que encerra, o qual só pôde realisar-se quando a facilidade dos transportes levar ali os objectos necessarios para promover e crear trabalhos em grande escala, os quaes serão depois também um grande elemento de actividade no caminho de ferro;

Attendendo também a que os concessionarios são quatro capitalistas da praça de Londres, dignos de confiança, e que já têm tomado parte em varias empresas de credito e viação publica: entendem as commissões reunidas de fazenda e obras publicas que a proposta do ministro de obras publicas de 13 de fevereiro de 1860, que se refere a este contrato, deve ser convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É approvado, na parte que depende de sancção legislativa, o contrato celebrado em 3 de janeiro de 1860 entre o governo e John Sutherland Valentine, como representante de Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russell Notman e George Bernard Townsend, para a construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, e o seu artigo adicional, o qual contrato e artigo adicional vão juntos á presente lei e d'ella fazem parte.

Art. 2.º É o governo autorisado a fazer crear e emitir pela junta do credito publico os titulos de divida fundada interna ou externa, que forem necessarios para pagamento dos encargos resultantes do contrato approvedo pelo artigo 1.º

§ 1.º A proporção que forem emitidos os titulos o governo dotará a junta do credito publico com as assignações correspondentes aos seus juros.

§ 2.º O governo realisará pelos meios mais convenientes as sommas que forem necessarias para a applicação determinada n'este artigo, com tanto que o encargo annual das operações não exceda a meio por cento sobre o juro real que corresponder aos titulos, segundo o preço que tiverem no mercado nas epochas em que as mesmas operações forem effectuadas.

Art. 3.º O governo dará conta ás côrtes, em cada sessão legislativa, do estado da construção da linha ferrea, concedida pela presente lei, do modo como o contrato tiver sido executado e do uso que houver feito das autorisações concedidas pelo artigo 2.º

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala das commissões, 3 de abril de 1860.—*Antonio José d'Avila* (com declaração ao artigo 2.º) —*Rodrigo Nogueira Soares Vieira* —*Fernando Luiz Moninho de Albuquerque* —*Francisco José da Costa Lobo* —*Joaquim Gonçalves Mamede* —*Augusto Xavier Palmeirim* —*José Maria da Ponte e Horta* —*Carlos Cyrillo Machado* —*Hermenegildo Gomes da Palma* —*Thiago Augusto Velloso de Horta* —*Thomás de Carvalho* —*José Estevão Coelho de Magalhães* —*Justino Antonio de Freitas* —*Antonio Rodrigues Sampaio* —*Joaquim Thomás Lobo d'Avila* (com declarações) —*Antonio de Carvalho Coutinho* e *Vasconcellos*, relator.

O sr. *Avila* (sobre a ordem):—depois de ter visto este projecto com attenção, e de ter mesmo procurado algumas informações locais, deseja saber, se por ventura ha grave inconveniente em que a directriz do caminho de ferro vá das Vendas Novas a Evora, e de Evora a Beja. Parece-lhe que esta directriz é preferivel á que está consignada no projecto, e entende que se devia tirar partido da experiencia que se vai começar a fazer, cujos resultados já são previstos, quanto ao ramal do caminho de ferro de Setúbal, porque se desde o principio se tivesse dado ao caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas a directriz do Barreiro a Setúbal e de Setúbal ás Vendas Novas, ter-se-ia feito um caminho mais curto, e que podia ter mais movimento. Não havendo pois grande objecção a que o caminho fosse das Vendas Novas a Evora e de Evora a Beja, parece-lhe que os desejos dos illustres deputados de Beja ficam completamente satisfeitos.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—a directriz que vem marcada no contrato é a que foi estudada pelo engenheiro o sr. Brandão, a qual se bifurca nas proximidades de S. Thiago do Escorial para Evora e Beja, o sr. Brandão estudou este caminho, entendeu que esta era a directriz mais conveniente, e como não convinha fazer um contrato de caminho de ferro sem que se marcasse a directriz, embora como base, por onde deve ir o caminho, por isso o governo fez consignar no

projecto aquella directriz; e mesmo depois os engenheiros pertencentes ao concessionario provisório examinando o disseram que se encontravam grandes difficuldades na passagem do caminho de Evora a Beja, e por isso o governo entendeu dever adoptar a directriz que está marcada no projecto.

O sr. *Avila*:—se s. ex.ª acha impossivel o proceder-se com o concessionario a uma modificação no sentido que indiquei, não falla mais n'isso, mas estimava que s. ex.ª ficasse autorisado para alterar esta directriz, se novos exames a que se procedesse lhe demonstrassem que não havia inconveniente n'esta alteração; não provoca desde já uma resposta da parte do nobre ministro, porque naturalmente s. ex.ª ha de tomar parte na discussão; se s. ex.ª declarar que ha inconveniente em dar-lhe esta autorisação, retira a idéa; mas se disser que não ha inconveniente, mandará para a mesa uma proposta a este respeito.

O sr. *Carlos Bento* (sobre a ordem):—alterando-se por este projecto a largura do caminho de ferro, e sendo evidente que se ha de tratar de uniformisar a linha, deseja saber como é que s. ex.ª entende que se ha de fazer face á despesa necessariamente resultante do alargamento da parte do caminho de ferro que está feita, e que não está em condições de uniformidade com o que se ha de fazer.

O sr. *Xavier da Silva*:—persuadido de que a sua comperecencia na commissão de fazenda era inteiramente inutil, visto que as suas idéas estão em opposição com as da commissão, foi por isso que não assignou o projecto que se discute, e muitos outros que se hão de discutir.

Reconhece que os desejos do governo, da commissão, do parlamento e de todo o paiz, é que quanto antes possamos ter o que outras nações já ha muito tempo possuem, isto é, que se dê toda a attenção aos melhoramentos de viação, e especialmente ao de construção de caminhos de ferro. Não deixa de acompanhar o governo, a commissão, a camara e o paiz n'estes desejos, porém diverge no modo e na occasião.

O contrato que se discute é certamente um melhoramento do alto consideração para a provincia do Alentejo; os habitantes dos districtos de Evora e Beja doram uma prova não equivoca d'este seu desejo, contribuindo com uma parte para que esta obra se possa levar a effeito, mas quando assim praticaram ainda não sabiam quaes os sacrificios que tinham de pedir-se, não só á esses districtos, mas a todo o paiz.

Entendo que o paiz não se acha em circumstancias de poder empreender em grande escala, como todos desejam, todos os melhoramentos de que o paiz carece; porque estas obras não se podem empreender senão por meio do credito, por isso que não temos receita sufficiente para fazer despezas de tamanha magnitude, e a experiencia deve ter demonstrado e convencido o governo e a camara, do que esta não é a occasião em que se deve recorrer em grande escala ao credito, porque se se abusar d'este unico remedio que ainda podemos ter, o governo, a camara e o paiz conhecerão as tristes consequencias da sua precipitação.

Não se reorganisa a fazenda publica unicamente por meio do imposto, e os srs. ministros se persuadem de que tem as finanças do paiz reorganizadas, que tem meios necessarios para satisfazer as despezas publicas, só pelo facto de trazerem á camara uns poucos de projectos todos de impostos, vivem n'uma illusão, porque esses impostos nem lhes podem produzir a cifra que imaginam, nem é possível realisá-las no estado em que se acha o paiz.

Além d'isto o paiz não tem população para dar vida a um caminho de ferro, como ainda ha pouco teve occasião de observar percorrendo doze leguas de terras incultas, entre o Barreiro e as Vendas Novas, e sem povoações.

Tem percorrido também para as provincias do norte, e as suas condições não são melhores; em uma ou outra provincia existe mais ou menos desenvolvida a sua agricultura, mas o estado geral não é prospero, o commercio não apresenta symptomas de grande vantagem; a classe agricola quer seja de cereaes quer de vinho, está privada ha annos dos recursos que lhe davam as suas colheitas, e a classe industrial luta com a difficuldade dos capitales caros, e com os impostos locais, que em parte são maiores do que os que se pagam ao fisco, porque os povos não contribuem só para as despezas designadas no orçamento geral do estado, tem além d'essas os impostos municipaes, as congruas dos parochos, e as derramas que lhes lançam as juntas geraes de districto, que importam em muito mais do que pagam ao fisco (*apoiados*).

Entendo que a primeira cousa que o governo tem a fazer é melhorar o sistema da arrecadação dos impostos existentes, fiscalisar as rendas publicas, não desviar as receitas votadas da sua applicação legal, e limitar quanto for possivel as despezas publicas, e só depois de tudo isto se deverá recorrer ao augmento do impostos.

Tem a convicção de que o nosso estado não é desesperado; ha muita gente que diz: que n'esta terra o que é preciso é juizo, mas elle, orador, diz que aquillo de que nós precisamos é de governo que saiba apreciar, estudar e conhecer o verdadeiro estado do paiz, e regular os seus actos conforme essas circumstancias (*apoiados*).

Entendo que devemos esperar mais algum tempo para levar por diante as idéas de fomento no sentido em que alguém as entende, porque o paiz não está actualmente habilitado para pagar mais impostos do que já paga, e lembre-se a camara que em 1862 temos a pagar os juros da divida deferida que ascendem a 100.000\$000 réis, temos a pagar os impostos precios para o contrato Salamanca, de que votou pelo artigo 1.º, e contra os outros, e se esse contrato se executar no prazo que está marcado, temos que satisfazer as condições a que nos ligamos dentro d'esses tres annos, e não é possível que os povos possam satisfazer a todos esses impostos.

Em vista das considerações que apresenta, propo que este contrato fique adiado para ser discutido na sessão legislativa de 1861. N'este sentido manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoção que a discussão d'este projecto seja adiada para a sessão legislativa de 1861.»—*Augusto Xavier da Silva.*

O sr. *Presidente*:—a proposta do sr. deputado é um adiamento, e precisa ser apoiada para entrar em discussão.

É apoiada.

em todos os parlamentos, e em todos se tem decidido no sentido opposto ás idéas do sr. deputado.

Será esta a occasião de recorrer ao credito? É precisamente esta; é quando o paiz quer desenvolver a sua riqueza, e o não pôde fazer senão recorrendo ao credito, que o deve fazer (*apoiados*).

Os fundos publicos valiam em Hespanha 30 por cento antes de se emprenderem ali os melhoramentos materiaes, que nós tratamos agora de promover, e hoje os seus fundos, felizmente para ella, e infelizmente para nós, estão um pouco em melhor situação do que os nossos. É verdade que a Hespanha empregou meios importantes para o desenvolvimento do seu credito, mas um dos principaes foi sem duvida a viação accelerada (*apoiados*).

O sr. deputado fez um quadro horroroso do estado do nosso paiz; elle, orador, não o considera lição, comparando-o com outros paizes, mas não o julga tão feio como o sr. deputado o pintou. O paiz não vai em decadencia (*apoiados*); e muito mais teria progredido se as nossas lutas civis não tivessem impedido por tanto tempo os melhoramentos que só ha poucos annos se começaram a desenvolver (*apoiados*).

O sr. deputado não considerou o projecto; e fundado na sua convicção de que o paiz não pôde emprender este melhoramento, que não demanda aliás grande despeza, porque não é uma obra de grande vulto, nega-lhe o seu voto; entretanto a elle, orador, cumpre-lhe dizer alguma coisa sobre as vantagens do projecto.

Tem a convicção, e tem-na muita gente, de que este caminho que nos ha de ligar com Evora e Beja, é talvez, dos que se tem votado, o que mais immediatamente ha de produzir um melhoramento importante para o paiz. Não sendo um caminho tão extenso e importante como os que foram votados ha pouco, está com tudo convencido de que ha de produzir resultados talvez mais favoraveis, não em quanto á receita para a companhia, mas para o paiz que deve colher d'elle grandes resultados.

Todos sabem as ligações commerciaes que existem entre Lisboa e os districtos de Evora e Beja, que pela sua abundancia de cereaes não só abastecem a capital, mas em annos de abundancia chegam a ser exportados para o estrangeiro. O gado suino é tambem um dos principaes ramos de industria d'aquelles districtos, e todos sabem o proveito que resulta para esta industria da viação accelerada (*apoiados*), pois ninguém ignora a perda consideravel de valor que soffre o gado suino quando é conduzido sem ser por este sistema, ou ao menos por boas estradas (*apoiados*).

Mas não são só os cereaes, e o gado suino, que têm de ser conduzidos pelo caminho de ferro. Em consequencia do mal das vinhas, o districto de Beja tornou-se exportador de vinho para a capital, e pela estatística da alfandega se pôde ver que mais de metade do anno a capital é abastecida dos vinhos de Evora (*apoiados*). O caminho pois não será um caminho para passageiros, não ha de ser estes que ha de dar grande lucro á empresa, mas as mercadorias ha de dar-lhe mais lucro do que as dos dois grandes caminhos de norte e leste ha de dar áquella companhia.

A despeza que se vai fazer com este caminho é quasi igual á que se vota todos os annos para estradas; esta quantia dividida por tres annos, não chega a 600.000\$000 réis por anno, e as vantagens que uma parte do paiz ha de colher são talvez cinco ou seis vezes aquellas que se poderiam colher se se applicasse esta quantia ás estradas ordinarias (*apoiados*).

Em resposta ás observações do sr. Avila, declara que não tem duvida em que se consigne na lei que o governo fique autorisado a poder modificar o traçado do caminho, de accordo com a empresa, porque esta autorisacão nunca pôde servir de embaraço para o governo. Se o sr. deputado entende que pela maneira, por que está redigido o contrato, o governo não tem toda a amplitude para poder mudar o traçado de accordo com a empresa, não duvida por parte do governo aceitar a sua indicação; o que não pôde é aceitar qualquer indicação que vá embaraçar o contrato, mas a respeito d'esta nenhuma objecção tem a oppor, porque a julga inconveniente; porque, se a companhia concordar na alteração da directriz, não pôde haver duvida em adoptar uma que pareça melhor; e se a empresa não concordar, fica a autorisacão de nenhum effeito.

O sr. Carlos Bento dirigiu-se ao governo perguntando-lhe se havia alguma negociação a respeito da largura do caminho, e como contava o governo resolver esta questão. O governo achava-se collocado n'estas circumstancias; se havia de contratar o caminho das Vendas Novas a Evora e Beja com a mesma largura do caminho actual do Barreiro ás Vendas Novas, ou adoptar a mesma largura que foi adoptada para os caminhos de ferro do norte e de leste.

Julgando o governo conveniente que todos os caminhos de ferro do paiz tenham a mesma largura, por que para o futuro se devem ligar entre si, apparecia o inconveniente d'este caminho ficar com duas larguras diferentes, e por consequencia ser necessaria a baldeação; inconveniente que o governo entendeu ser maior que aquelle de trazer as duas companhias a um accordo, e fazer-se a despeza necessaria para alargar a via do Barreiro ás Vendas Novas. O governo, porém, entendeu que não devia adiar este contrato á espera do accordo das companhias, que podia ser demorado, e está mesmo persuadido de que a approvação do contrato não difficulta, antes facilita talvez esse accordo, porque uma linha tão pequena não pôde ser explorada por duas companhias; necessariamente no futuro ha de vir a um accordo, e o paiz não ficará mais onerado fazendo-se o accordo depois da concessão, alem de que a despeza nunca pôde ser tão importante que possa fazer vacillar na approvação do contrato, por isso que se refere ao alargamento de uma via que tem um numero limitado de kilometros de extensão.

O sr. Arribas—usa da palavra, com o fim unicamente de dizer duas palavras sobre a generalidade do projecto, porque votando contra elle não queria que se dissesse que não queria caminhos de ferro, essa maravilha dos tempos modernos, que iguala as condições, acaba as distancias e junta os focos de produção com os mercados de consumo.

Pondera que, achando muito util e conveniente e bastante productiva a applicação de fundos que se faz á construcção dos caminhos que se discutem, não julgava opportuna a occasião de tratar d'esta enorme despeza.

Approva o augmento dos impostos com o fim de organisar as finanças; e não acredita que essa organização seja possivel sem o desenvolvimento das industrias e o augmento dos recursos do contribuinte, e por isso entende que só são justos os novos impostos, quando o seu producto for destinado a uma applicação que seja a mais creadora e productiva possivel.

Não lhe parece justo que quando se exigem dos contribuintes enormes sacrificios, não só no augmento de impostos que se estão discutindo, mas na reforma inevitavel das pautas no sentido liberal, se augmentem enormemente os encargos com empresas secundarias, e que, sendo de grandissima vantagem para as provincias do Alemtejo e do Algarve, contudo não o são na mesma escala para todo o paiz, que tem de soffrer muito com o augmento de taes encargos.

Tinha votado a favor da generalidade do projecto relativo ao contrato Salamanca, porque se tra-

tava do caminho de ferro de leste que devia ligar Lisboa com o resto da Europa pelo lado de Badajoz, e do caminho do norte que é uma parte do verdadeiro caminho europeu; d'estes caminhos tirava todo o paiz immensas vantagens, podendo esperar-se d'elles gigantescos resultados; para elles estava prompto a votar todos os sacrificios; mas não, por em quanto, para os caminhos de ordem inferior, sem ver as finanças organisadas e as forças dos contribuintes em proporção d'este indefinido augmento de divida publica com que pareciam por todos os modos quere-lo abafar.

Na questão de caminhos de ferro em Portugal, não se tem seguido o verdadeiro caminho. O regular era mandar estudar o paiz; projectar e discutir uma rede de caminhos de ferro, classifica-los em relação á sua importancia, e depois resolver a ordem de precedencia por que deviam ser levados á execução. Mas infelizmente o de acaso e a imprevisão o que parece ter presidido a todas as resoluções sobre esta materia. Quando uma companhia se apresenta a pedir a concessão de uma linha, o governo então dava-lhe a preferencia sem pensar em systema; de modo que depende mais dos proponentes do que do governo a preferencia dada ás diferentes linhas ferreas.

Era por isso que votava contra este projecto, entendendo que mais valera applicar esta somma á construcção das estradas ordinarias que faltam por toda a parte, e sem as quaes se não sustentam os caminhos de ferro, nem elles podem desempenhar o papel a que são chamados. A provincia do Alemtejo é já atravessada por um caminho de ferro de leste; e o governo fazendo seguir a sua directriz pelo centro da provincia, e na directriz strategica, passando por Estremoz, tinha resolvido a questão dos caminhos de ferro do Alemtejo pelo modo mais economico e intelligente, por quanto nada mais tinha a fazer se quizesse ligar Beja, Evora e Portalegre com Lisboa, do que na altura de Estremoz tirar ramos do caminho de leste para esses diferentes pontos, e d'esse modo, evitando a enorme despeza que vai fazer, ligava todas aquellas terras com Lisboa, evitando aos objectos que d'ellas viessem o grande inconveniente de terem novas descargas, cargas e demoras na estação do Barreiro para passarem pelos barcos de vapor para Lisboa.

A fixação de um systema de linhas de caminhos de ferro é ainda urgente, para depois se determinar o systema de estradas ordinarias que se estão dirigindo ao acaso, em quanto deviam as suas directrizes ser subordinadas ás dos caminhos de ferro a construir para todas (umas e outras) fazerem um só systema, aliás pôde acontecer que se estejam fazendo estradas ordinarias com as mesmas directrizes que depois ha de seguir os caminhos de ferro, o que equivale a uma decidida perda de tempo e de capitães.

As provincias do norte, que são mais populosas, mais ricas e productivas, ficam sem caminhos de ferro, e mesmo sem estradas ordinarias, em quanto o Alemtejo que já tem uma boa estrada real, e um caminho de ferro de primeira ordem que podia lançar ramos para as terras principaes, vai ficar cortado de caminhos de ferro. Approva que se façam certos caminhos, mas quer que se comece pelo principio, isto é, pelos caminhos de primeira ordem e seguindo as forças dos contribuintes, para que á sombra de tão importante melhoramento não se arruinem as fontes da receita, pelo descredito de se exigir de repente do contribuinte mais do que realmente se lhe pôde pedir.

Conclue votando contra o projecto, não porque rejeita a construcção de caminhos de ferro, mas porque não acha opportuna a occasião para augmentar tanto os encargos da divida publica n'esta precipitada concessão, quando outras necessidades mais urgentes são tão reclamadas para o prompto desenvolvimento dos recursos do paiz; alem de que o mesmo fim se obtinha com mais vantagem e maior economia, deitando ramos do caminho de ferro de leste para as terras do Alemtejo que se queriam contemplar.

O sr. Antonio de Carvalho:—tem-se absteido de entrar n'esta discussão por parte da commissão, porque não tem visto que ninguém tenha atacado propriamente o contrato. O sr. Avila disse que approvava o projecto, e pediu simplesmente ao sr. ministro das obras publicas que conviesse em ficar autorisado a alterar a directriz do caminho de ferro, de accordo com o concessionario. O sr. Xavier da Silva tambem não fallou contra o contrato, mas sim sobre o mau estado financeiro do nosso paiz, e disse que não era esta a occasião competente para exigir aos contribuintes novos sacrificios para satisfazer a esta despeza. A occasião será incompetente, mas tambem é verdade que, se demorarmos estes melhoramentos de dia para dia, a nossa situação ha de piorar e as forças dos contribuintes ha de diminuir. A pobreza das nossas provincias não vem tanto do muito que pede o fisco, vem principalmente porque ao lavrador custa tanto a produção de um carro de milho como a sua condução ao mercado (*apoiados*). O sr. Carlos Bento parece que quiz accusar o governo por não tratar de harmonisar a largura de todo o caminho, pois que até ás Vendas Novas tinha uma largura, e das Vendas Novas a Evora e Beja teria uma largura diferente; mas parece-lhe que o sr. ministro das obras publicas respondeu completamente a isto, que em todo o caso não era augmento contra o contrato. O sr. Arribas repetiu pouco mais ou menos o que disse o sr. Xavier da Silva. Por consequencia o contrato não foi atacado, e por isso não julgou necessario tomar a palavra para o defender; na discussão especial, se for necessario, justificará não só o projecto, mas o relatório que teve a honra de ser encarregado, pelo seus collegas, de fazer.

O sr. Faustino da Gama:—pouco tinha a dizer a não ser a repetição do que já tinha dito em outras occasiões, e mesmo se contentaria votando contra o projecto silenciosamente, se não fôr ao sr. ministro das obras publicas dizer que esta era a occasião de recorrer ao credito, proposição que lhe parecia tão absurda que não pôde deixar de dizer algumas palavras, e perguntar se será occasião agora de recorrer ao credito, quando este está *chancelant*, quando nós vemos o fundado receio que se encontra em negociar os nossos fundos, e a difficuldade mesmo de continuar as emissões que se projectam?

Tem para si que é justamente agora que nós deviamos parar n'essa carreira, a seu ver de perdição, inimiga dos caminhos de ferro, e ver o que temos, com que meios poderemos continuar; e em seguida sobre um plano assentado ir até onde nos permittem os proprios recursos, que os temos, e o caso é conhecê-los e d'elles saber fazer uso, e não dizer em todos os projectos de obras publicas «fica o governo autorisado a fazer levantar pela junta do credito publico os fundos necessarios em divida interna ou externa para o pagamento dos encargos resultantes d'este contrato, etc.» Não será isto fazer da junta uma fabrica de papeis e abusar do credito? Nem se creia que basta dizer que o governo dotará a junta convenientemente. Dotar a junta com que? Com a receita das alfandegas que já tem no augmento outra applicação? Ou devirá isto? Não será tirar d'aqui para ali, andar a desviar receitas constantemente da sua legal applicação? Quer-se ha elevar este modo de vida *rachitica* á altura de systema? (*apoiados*).

E diz-se: «veja-se o que faz a Hespanha.» O mesmo diria elle, orador; veja-se o que faz a Hespanha, que ha poucos annos ainda estava atrás de nós em credito e civilisação, e hoje, com os seus proprios meios de credito interno, fazendo o principal, e só servindo-se do seu credito no estrangeiro como auxiliar do credito interno, marchando na verdadeira carreira da civilisação, ao passo que nós, sem cuidarmos dos recursos que nos pôde ministrar o paiz, nem em tal pensarmos, sabemos augmentar a nossa divida externa e lançar tributos ao paiz. Que miséria!!! Como pagaremos os juros d'essa enorme divida que se quer contrahir? Como levantaremos os meios para isso? Lançando tributos a esmo, repetiria elle, orador, que o paiz não pôde pagar? Será este o meio de termos caminhos de ferro, que elle, orador, quer tanto, como o seu maior entusiasta, mas que recia os não termos pelos meios improprios de que nos queremos servir, e que o paiz ficará alem d'isso esmagado de baixo do peso de uma divida enorme, sem recursos para o que lhe for necessario?

Faz estas repetidas declarações á camara e ao paiz, porque o lugar que occupa na junta do credito publico o obriga em sua consciencia a fallar esta linguagem, para que em tempo algum se diga, que devendo dizer a verdade á camara o não fizera.

Votaria pelo adiamento proposto pelo sr. deputado Augusto Xavier, para que n'esse intervalo se compulsem os meios do paiz, e então se marchasse com fundada esperanza de termos caminhos de ferro.

A requerimento do sr. Sousa Feio julga-se discutido o projecto na generalidade.

O sr. Xavier da Silva:—requer ao sr. presidente que consulte a camara sobre se permite que a votação sobre a sua proposta de adiamento seja nominal.

A camara resolve affirmativamente.

Movê-se alguma discussão sobre o modo de pro-

por. O sr. Presidente:—indica que se vai votar primeiro a proposta de adiamento, para depois ter lugar a votação sobre a generalidade do projecto; e consulta a camara sobre se entende que deva ser assim.

A camara resolve affirmativamente.

O sr. Presidente:—os srs. deputados que querem o adiamento dizem *approvo*, e aquellos que o não querem, dizem *rejeito*.

Feita a chamada, dizem *approvo* os srs. Affonso Botelho, Alves Martins, Henriques Secco, Arrobas, Xavier da Silva, Faustino da Gama, e Silva Cabral.

Dizem *rejeito* os srs. Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Braamcamp, Antonio de Carvalho, Correia Caldeira, Eleuterio Dias, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Ávila, Barros e Sá, Couto Monteiro, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Sampaio, Santos Lessa, Antonio de Serpa, Telles de Vasconcellos, Pinto Carneiro, Vaz da Fonseca, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Garcez, Abranches, Carlos Bento, Ferrer, Pinto Coelho, conde da Torre, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Forjaz, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Eduardo Cunha, Mousinho de Albuquerque, Filipe Brandão, Bivar, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Francisco Costa, Costa Lago, Gavicho, Bieudo Correia, Pulido, Pinto Tavares, Batalha, Gaspar Pereira, Sousa Magalhães, Carvalho e Abreu, Blanc (Hermenegildo), Palma, Silva Andrade, Gomes de Castro, Ferraz de Miranda, Fonseca Coutinho, J. J. de Azevedo, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Lobo d'Avila, Infante Pessanha, Dias Ferreira, Encarnação Coelho, José Estevão, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Sá Vargas, J. M. de Abreu, D. José de Lacerda, Frazão, José Horta, Rojão, Nogueira, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Aboim, Camara Leme, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares, Teixeira de Sampaio, Penetra, Marianno de Sousa, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Pedro Roberto, Charters, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Moraes Soares, Nogueira Soares, Simão de Almeida, Thiago Horta, Thomaz de Carvalho, Ferrer, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero, Luiz Albano, Mamede, e Bartholomeu dos Martyres.

E portanto rejeitado o adiamento por 107 votos contra 7.

Pondo-se pois á votação o projecto na generalidade, é approvado.

O sr. Bivar:—requer que se dispense o regimento para se passar desde logo á discussão na especialidade.

Approva-se a dispensa do regimento. E entra em seguida em discussão o artigo 1.º

O sr. Avila (sobre a ordem):—sustenta e manda para a mesa o seguinte artigo adicional:

«É autorisado o governo a modificar, de accordo com a empresa, o traçado do caminho de ferro de que trata o contrato approved pelo artigo 1.º, no sentido de ir o caminho directamente das Vendas Novas a Evora, e de Evora a Beja.» Antonio José d'Avila.

É admittido.

O sr. Presidente:—é um artigo novo que ha de ser considerado no lugar competente.

O sr. Lobo d'Avila (sobre a ordem):—sustenta e manda para a mesa a seguinte emenda:

«Propoño a eliminação do § unico do artigo 70.º do contrato.» Lobo d'Avila.

É admittido e fica tambem em discussão.

O sr. Carlos Bento (sobre a ordem):—sustenta e manda para a mesa a seguinte emenda:

«Propoño a eliminação do § unico do artigo 70.º do contrato.» O deputado, Carlos Bento da Silva.

É admittida e fica tambem em discussão.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa) (sobre a ordem):—vendo que dois illustres deputados propoem a suppressão do § unico do artigo 70.º do contrato, tem a dizer que o motivo por que a disposição d'esse § se acha no contrato, é porque, quando este se fez, não se sabia se, quando a approvação do contrato tivesse lugar, seria occasião propria para se formar a companhia ou se seria necessario conceder mais algum espaço do que o para esse fim se acha marcado, e mesmo porque o governo não entendeu que devia impor á empresa a obrigação da formação da companhia: o que lhe parece que está justificado mesmo pelo que disse um concessionario que comosmo, não ha muito tempo, contratou a construcção de uma linha, porque esse concessionario a quem se impoz essa obrigação, declarou que se ella lhe não tivesse sido imposta, talvez tivesse levado essa empresa por diante.

Parece-lhe que hoje se não dão motivos ou circumstancias para que a empresa não possa formar a companhia dentro do prazo que está marcado, e lhe seja necessario ampliar-se o prazo, porque se está vendo que em Paris se estão formando companhias para a execução de contratos de caminhos de ferro; mas julga inconveniente a approvação de um contrato sem um dos seus artigos, porque pôde algumas vezes dar-se o caso de, se ao concessionario assim lhe convier, dizer que não aceita essa alteração, e rescindir ou quebrar o contrato, e levantar o seu deposito.

O que pôde é comprometter-se, se a camara o julgar conveniente, a marcar um prazo razoavel e limitado, no caso que seja necessaria a prorrogação do mesmo prazo, e assim parece-lhe que se satisfaz aos desejos dos illustres deputados que querem que

não fique de um modo indefinido o prazo, dentro do qual se devem começar as obras.

O sr. Garcez (sobre a ordem):—sustenta e manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoño as seguintes emendas e additamentos: Art. 21.º Supprimidas as palavras «e satisfatório a todas as condições etc.» até ao fim do periodo, e substituidas pelas seguintes «e não serão admittidas ao serviço da exploração sem exame previo, e approvação dos fiseas por parte do governo.»

Art. 26.º Junte-se á primeira parte do artigo o seguinte «Entende-se por concessão inteira a da linha principal, e todos os ramos subsequentemente construidos pela empresa.»

Art. 60.º Adiante da palavra arbitros «favoravel á empresa.»

Art. 63.º Adiante da palavra concessão «ou por effeito de rescisão, nos termos do contrato.»

Idem «para pôr o dito caminho com o leito para duas vias.»

Sala da camara.—O deputado por Trancoso, B. J. Garcez.

São admittidas, e ficam tambem em discussão.

O sr. Lobo d'Avila:—pediu a palavra inscrevendo-se contra, com quanto não seja contrario ao pensamento d'este projecto, nem deseje oppor-se á construcção d'esta linha de ferro. O caminho de ferro de que se trata é de uma grande utilidade, e de muita vantagem, não só para as provincias do Alemtejo e Algarve, mas para todo o paiz, porque é necessario desenganarmo-nos de que n'um paiz não ha interesses isolados e especies de uma localidade: o que é util a duas ou tres provincias, é util ao paiz inteiro (*apoiados*). As vantagens commerciaes e economicas que hão de resultar da construcção d'esta linha são incontestaveis, e portanto julga inutil entrar em maiores desenvolvimentos para as tornar evidentes.

Por esta occasião não pôde deixar de elogiar as juntas geraes dos districtos de Evora e Beja (*muitos apoiados*) pela iniciativa civilidoria que tomaram n'esta questão (*muitos apoiados*), e que desejava muito que em todos os districtos fosse seguida, porque é necessario que as localidades se associem com os seus meios aos esforços que o estado faz para se adiantar um melhoramento de tão grande e reconhecida importancia. E isto era mais um motivo para que da parte da camara augmentasse toda a sympathia, e os desejos de satisfazer ás aspirações d'aquellas provincias.

A subvenção que se dá por este contrato não é demasiado exaggerada, mas vai alem do que devia ser n'uma empresa d'esta ordem, e com as poucas difficuldades que offerece o terreno: contudo não questiona sobre a somma da subvenção; mas observa, que não tendo o governo achado quem quizesse tomar a empresa, quando a poz a concurso, devia ter cumprido o que a lei determinava, que era, fazer por sua conta as obras de arte e os movimentos de terra, para entregar depois estes trabalhos a uma companhia que se propozesse a tomar o caminho. Deseja que o sr. ministro explique a razão por que não procedeu assim, por quanto entende que a observancia das leis é negocio em que deve haver todo o escrupulo.

As difficuldades da construcção d'este caminho de ferro são muito superiores ás que foram estipuladas para as linhas de leste e do norte, com excepção da largura dos subterraneos que é a mesma. Mas de duas uma: ou esta superioridade de condições é indispensavel para a melhor e mais segura exploração, e n'este caso devia-se ter applicado ás duas linhas do contrato Salamanca; ou não é indispensavel, e então só serve para augmentar a subvenção, que de 12.000\$000 réis por kilometro que era, passou a ser de 16.000\$000 réis.

Disse-se que n'este contrato se quizeram corrigir os defeitos do contrato Salamanca, melhorando-se as condições da construcção. A isto responde que pouco se aprendeu então, porque sendo n'aquelle contrato a largura dos subterraneos o que mais se censurou, por se achar muito pequena, no contrato actual foi justamente a este ponto que se não attendeu, porque se conservou a mesma largura então approvada.

A questão do traçado, levantada pelo sr. Avila, parece-lhe importante, e entende que o governo deve n'este ponto conciliar a commodidade dos povos com a economia publica. Podendo-se obter um traçado mais curto, deve ser preferido, por que o estado terá de dar menor subvenção. Por isso entende conveniente estabelecerem-se só os pontos principaes do traçado e não se determinarem pontos intermedios.

Sabe que depois de feito um contrato não se lhe vem fazer alterações sem audiencia de ambas as partes, porque se corre o risco de uma d'ellas não as aceitar, e dar-se a rescisão; mas entende que que deve fazer-se n'um artigo do contrato uma alteração, que não traz consigo este risco: é no artigo 70.º, pelo qual os concessionarios se sujeitam á apreciação das circumstancias do estado do mercado monetario da Europa na occasião em que o corpo legislativo approvar o contrato. Como elles não podem recusar a competencia do parlamento para apreciar essas circumstancias, e ellas actualmente não difficulgam a formação da companhia, é de opinião que o § unico do artigo 70.º se deve eliminar, tirando-se assim todo o pretexto para se prolongar indefinidamente a execução do contrato.

Pôde-se apresentar a objecção de que no intervalo entre a approvação do contrato n'esta camara e a sua approvação na outra, as circumstancias do mercado monetario da Europa se tornem difficis para a formação da companhia; mas n'esse caso o inconveniente remedia-se trazendo-se o contrato outra vez a esta camara.

O sr. Presidente:—declara que sendo mais de tres horas, interrompe-se esta discussão, e passa a dar a palavra aos srs. que a tinham para antes da ordem do dia, em conformidade do que hontem annunciou á camara.

O sr. Alves Martins:—aproveitando a circumstancia de não se ter retirado ainda para a outra camara o sr. ministro das obras publicas e interno da guerra, chama a attenção de s. ex.ª sobre o martyrio que se está infligindo a um preso que existe na Torre de S. Julião da Barra; e observando que não ha direito nenhum de impor aos presos que para ali vão penas, que não só não estão no codigo penal, mas que repugnem com o estado actual de civilisação, pede a s. ex.ª que faça cessar este escandaloso.

Chama tambem a attenção do sr. ministro da justiça sobre o estado deploravel em que estão os parochos em todo o reino. Actualmente está a não supplicante do parochio junto á bolsa do freguez, e n'isto ha grandes inconvenientes. Na commissão ecclesiastica existem tres projectos para se prover de remedio a este mal, um dos quaes é d'elle, orador. Se s. ex.ª tem algum trabalho preparado a este respeito, pede-lhe que o apresente á camara, e quando não o tenha, pede-lhe que compareça na commissão ecclesiastica para juntamente com ella ver o que se ha de aproveitar d'esses tres projectos.

Chama tambem a attenção de s. ex.ª quanto á organização geral da igreja, porque não pôde continuar a existir como está. É necessario determinar-se o numero de dioceses que ha de haver, as que se hão de supprimir, o numero de cabidos que deve ficar, quaes as sés que hão de ter capitulares, porque não é essencial que todas os tenham, etc.

Nota o grande prejuizo que resulta ao serviço ecclesiastico de não se nomearem prelados para mu-

tas dioceses que estão vagas, algumas ha muito tempo, e observa que se deve tratar quanto antes de uma organização geral da igreja para se attender a todas estas necessidades.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—como já disse em outra occasião em resposta ao illustre deputado sobre este mesmo assumpto, tencionava apresentar á camara, e espera fazer-lhe brevemente, um trabalho sobre dotação dos parochos; mas esta circumstancia e esta sua declaração não embaraçam que a illustre commissão ecclesiastica trate d'essa materia; e desde já declara á camara, como disse a alguns membros da commissão, que está prompto para comparecer ás suas reuniões, e para ali apresentar as suas idéas a este respeito.

Entende conveniente, em relação á organização ecclesiastica, estabelecer e fixar de uma vez determinada e claramente a dotação do clero, a dotação dos parochos; é necessario determinar o numero das dioceses que podem ser supprimidas (*apoiados*); fixar os quadros dos cabidos nas dioceses que têm ou devem ficar conservados; e n'este sentido tambem tencionava apresentar alguma coisa á camara, e, apesar da sessão estar muito adiantada, crê que ainda ha tempo bastante para o parlamento se poder occupar d'este objecto.

Em quanto ao que o illustre deputado disse relativamente ao preenchimento dos canonicatos, deve observar que o preenchimento dos canonicatos tem sido feito em virtude do decreto de 26 de agosto de 1859, decreto que teve por fim dar maior contingente para a educação ecclesiastica, e não foram providos canonicatos senão n'aquellas dioceses que têm de ser conservadas, e esses mesmos foram providos por concurso e providos em ecclesiasticos habéis, e quasi todos elles com a obrigação de ensino ecclesiastico nos seminarios, o que habilitou o governo, sem grave dispêndio, a poder dar um numero consideravel de professores aos seminarios, estabelecendo assim o ensino regular ecclesiastico, que é uma das cousas muito importantes e da primeira necessidade no paiz, porque sem o regular ensino ecclesiastico não crê que possa fazer bons ecclesiasticos que, em grande parte, têm muita influencia na educação e civilisação do povo.

Em quanto ao provimento das dioceses, não estão providas ha muitos annos algumas d'ellas, porque havia a idéa e mesmo se apresentaram varias medidas para a suppressão de algumas dioceses, e n'este estado de cousas, todos os governos têm hesitado nos provimentos d'essas dioceses, porque se difficulta a sua suppressão, se essas dioceses tivessem prelados.

Em quanto a outras que estão vagas modernamente, ha uma só que está vaga e que o governo ha de preencher convenientemente em occasião opportuna.

Julga ter dado as explicações que lhe foram pedidas pelo illustre deputado.

O sr. Arrobas:—pediu a palavra para dirigir uma pergunta á commissão de fazenda, e varias outras ao governo.

Em quanto á commissão de fazenda, têm a ponderar que acabando amanhã a sessão ordinaria, ainda a commissão não apresentou o parecer sobre o orçamento, que o governo em tempo competente apresentou á camara.

Lembra-se de que quasi no fim da legislatura passada, um dos membros do actual governo apresentou uma moção, que envolvia censura ao governo que então existia, por não se ter ainda discutido o orçamento, estando-se no fim da sessão ordinaria; mas que elle, orador, defendera então o governo porque não era culpa sua, se o orçamento que elle tinha trazido á camara no principio da sessão não estava ainda em discussão. O governo declarou então que nunca tinha deixado de ir á commissão, quando ella lhe o pediu; mas a opposição insistiu em que o governo era o culpado, porque estando á frente da direcção dos negocios, cumpria-lhe imprimir o movimento nos corpos legislativos. Agora está elle orador diante do actual governo, na mesma situação em que outrora esteve diante do governo passado o actual sr. ministro das obras publicas, com a unica differença de que elle, orador, agora não faz responsavel o governo por esta demora, e o actual sr. ministro lançou n'aquelle tempo toda a responsabilidade sobre o governo de então.

O orçamento não se discute ha uns poucos de annos; e n'este anno, á vista do caminho que as cousas levam, provavelmente tambem não se discutirá; quando era pela sua discussão que se devia ter começado, para depois de feitos os côrtes e economias possiveis, e conhecido qual o *deficit* que existia independentemente dos projectos de fazenda e de caminhos de ferro, que se tem votado e ha de votar, se poder avaliar até que ponto se deviam augmentar os encargos novos, e votar os novos impostos.

Sobre este ponto conclue perguntando á commissão de fazenda qual a epocha em que se pôde esperar que seja apresentado o parecer sobre os diversos orçamentos.

Censura o governo por ter deixado passar a sessão ordinaria, sem ter cumprido o preito constitucional de apresentar ao parlamento o orçamento da despeza e receita das provincias ultramarinas. Pondera que o orçamento que actualmente vigora para o ultramar é o de 1854, e esse mesmo não foi discutido na camara, porém autorisado pelo governo com os poderes que lhe confere o acto adicional á carta no intervalo das sessões. Mas esse orçamento, á vista da alterações que o governo tem feito n'estes seis annos, é um puro romance.

Sente profundamente ver o abandono em que o governo tem as cousas do ultramar, e perguntava ao governo, se está resolvido a trazer á camara, em cumprimento da lei fundamental, o orçamento das provincias ultramarinas, e qual o motivo por que se tem até agora commettido uma tão grave falta.

Não annuncia interpellações, porque o governo está bem livre de responder a ellas, como até aqui se tem visto, e portanto, para não perder o tempo, irá fazendo perguntas relativas aos pontos mais importantes sobre que deseja que o governo informe a camara.

Principia perguntando ao governo se está resolvido a dar as mercedas provas de consideração aos cavalheiros da classe medica, aos membros das commissões de soccorros, e aos mais cidadãos que tão relevantes serviços prestaram á humanidade por occasião do desenvolvimento da febre amarella na cidade de Lisboa.

Ha tres annos que esses actos de verdadeiro heroismo se praticaram, e o governo tendo remunerado nas viúvas e orphãos e nos invalidos uma parte d'esses serviços, parece que desconsidera todas as outras classes tão benemeritas que tem ignaes direitos, donde parece que é mais o sentimento de caridade que tem impellido o governo de que o desejo de remunerar serviços.

Se não se tivessem dado condecorações a todos os servidores do estado pertencentes ao ministerio da guerra que se distinguiram n'aquella occasião, se não se tivessem condecorado os medicos estrangeiros que vieram estudar a doenca por ordem dos seus respectivos governos, se finalmente o governo não tivesse autorisado a camara municipal a crear uma medalha para condecorar os servicos que o governo parece ter esquecido, não haveria desconsideração para nenhuma classe com a demora do governo; mas havendo, como tem havido, excepções, com direito se pôde suppor desconsideração para as clas-

ses não contempladas, quando realmente foram as que mais mereceram uma distinção; porque foi a classe medica principalmente, e depois as commissões de socorros que lidaram braço a braço com o terrivel inimigo, affrontando uma morte quasi certa para auxiliarem os infelizes feridos d'aquelle flazello. Desprezar ou esquecer tais serviços, é não só commetter uma grave injustiça, mas até fazer um grande mal em relação ás crizes futuras porque o paiz pôde passar, pois nada ha mais poderoso para esfrir o zelo, como a ingratidão com que são tratados os que tão heroicamente se votaram a tão grande perigo para salvar os seus semelhantes.

Pergunta mais ao governo, se é exacto o que geralmente se diz, que o governo mandou para Angola uma força de incorrigíveis. Se é exacto este boato, deseja que o governo explique como quer com incorrigíveis ir dar ao governador geral a força moral necessaria contra as insubordinações da tropa que lá está? Se aqui, com tantos recursos para conter a ordem, elles são insubordinados e incorrigíveis, o que espera o governo que elle façam em Angola com os pagamentos atrasados e com actos como os que se descrevem como lá acontecidos? Acha tão curiosa esta lembrança de mandar incorrigíveis para conter as insubordinações, que lhe parece impossivel. Lembra ao governo que o batalhão açoriano, mandado por castigo para Cabo Verde em 1835 ou 1836 se revoltou quando ali chegou, mandando os officiaes que enterrou quasi vivos, saqueando a Villa da Praia e fugindo para a America.

Deseja que agora não se provoque algum desastre analogo, indo com os incorrigíveis augmentar os perigos que corre Angola. Dinheiro e boas tropas é do que se precisa, e não de elementos de desordem. Fica aqui até ouvir a resposta do governo, para depois fazer as ponderações que julgar convenientes.

Finalmente pede ao sr. presidente que haja de dar dia para ter logar a interpellação sobre a occupação ingleza da ilha de Bolama, porque sendo este um assumpto de primeira urgencia, e que affecta a dignidade nacional, é necessario que o governo informe o paiz sobre o que ha, e qual o estado das negociações encetadas a este respeito para recuperar Bolama, e haver a devida satisfação.

O sr. Ministro da Justiça (Martens Ferrão):—Dirá simplesmente, que estando annunciada pelo illustre deputado uma interpellação ao seu collega do reino, a quem especialmente pertence esta materia, e que já se deu por habilitado, e até veiu ao parlamento para tratar de este objecto, de certo a camara comprehende que elle, orador, não deve misturar-se n'esta discussão, e dar mesmo explicações que só o seu collega do reino pôde dar mais cabalmente a este respeito: dirá com tudo, que o governo tem toda a consideração pelos serviços prestados pelos individuos a quem o illustre deputado se referia, e no mesmo acto do governo não ha consideração de qualidade alguma por aquellos cavalheiros pelos serviços que prestaram ao paiz; antes pelo contrario esses serviços são reconhecidos não só pela administração, mas por todo o paiz (agradecidos). Neste ponto a camara comprehende que não pôde dar outras explicações.

O mesmo diz acerca das perguntas que o illustre deputado fez sobre objectos especiaes de uma repartição que não está a seu cargo; mas o que pôde é informar os seus collegas das perguntas que lhes foram feitas, para elles responderem em occasião oportuna.

O sr. Calça e Pina:—manda para a mesa cinco representações de diferentes lavradores e proprietarios de alguns povos do districto de Portalegre, especialmente de Portalegre, de Niza, Castello de Vide, Arronches e Marvão; contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.

Estas representações foram-lhe remetidas por um cavalheiro de suas relações e muito importante; e accetando com muito gosto esta missão, precisa de declarar á camara que não foi eleito por aquelle circulo; os electos são dois cavalheiros que se acham na camara, os sr. Pequeto e Fonseca Coutinho, a quem dêra já uma satisfação para o que não pensam que elle, orador, é que tinha sido solicitador d'esta commissão, porque realmente o não fora, nem soube d'estas representações senão no momento em que chegaram ao seu poder; manda-as pois para a mesa, declarando com tudo que o facto de as apresentar não tolhe a sua liberdade na discussão das medidas a que as representações se referem; e declara tambem que não impugna tão absolutamente os medidas financeiras, como é manifestado n'estas representações. Fica pois salva a sua liberdade de impugnar o que entender inconveniente, e de approvar o que julgar vantajoso.

O sr. Thomaz de Carvalho:—por parte da commissão de fazenda declara ao sr. Arobas, que o orçamento dos diversos ministerios já foi distribuido pelos membros que o hão de examinar; mas deve notar-se que a commissão de fazenda é da camara a que tem maior trabalho e tem tido maior assiduidade (agradecidos); mas o parecer definitivo sobre o orçamento não tem podido vir, nem poderá ser apresentado, em quanto não forem resolvidas pela camara as medidas de fazenda que o podem modificar. Se não se esperasse pela resolução dos projectos de fazenda, de certo a commissão já teria apresentado o seu parecer sobre o orçamento.

Em quanto ao orçamento do ultramar ainda não appareceu na commissão de fazenda.

Manda para a mesa uma representação da camara municipal de Villa Franca de Xira, em que pede a concessão definitiva da antiga ermida que ha ali sob a invocação de N. S. das Necessidades. A camara deseja obter a concessão definitiva d'esta ermida, porque já tem feito obras nella, e tendo do fazer mais algumas recia que depois, estando encorporada nos proprios nacionaes, seja vendida e perca assim as sommas que tiver gasto nos melhoramentos que tiver feito n'este edificio.

Tambem manda para a mesa uma representação da sociedade, das sciencias medicas de Lisboa, sobre a organização dos estudos medicos, e ao mesmo tempo sobre um projecto de lei que elle, orador, teve a honra de apresentar, e que está actualmente na commissão de instrução publica.

O sr. Silva e Cunha:—poderia a palavra n'uma das sessões passadas para unir os seus rogos aos do sr. visconde de Pindella, a fim de que a commissão de fazenda dê quanto antes o seu parecer sobre o contrato Langlois; mas em vista da resposta dada então pela commissão, não insiste agora n'este assumpto.

E tambem pediu a palavra para fazer algumas reflexões a respeito do projecto a que se referiu o sr. Affonso Botelho; mas como o illustre presidente da commissão de vinhos deu as devidas explicações, não tem nada a acrescentar, tanto mais que aquelle projecto não podia passar como estava, nem com elle se remedava o estado presente em relação ao objecto a que se dirigia, o qual carece de ser tratado mais largamente, e n'outra occasião mais opportuna, o que a commissão tem a intenção de fazer.

O sr. João José de Azevedo:—manda para a mesa uma representação da camara municipal da villa da Feira, em que pede a feitura de duas estradas: uma do caes de Ovar ao caes dos Carvoeiros. Esta estrada é muito concorrida, e não obstante estar arruinada na sua maxima parte, passam ali mais de seiscientos carros por semana; é por ali que se conduz o vinho da Bafra, sal, pescarias, e mais productos d'aquelles sítios.

O outro ramal é desde o sitio chamado Silvério até se encontrar na estrada real. Este é um ramal de muito pequena despesa; interessa n'esta estrada um grande numero de fabricas que ha n'aquella localidade, especialmente as fabricas do cortiça e papel; mas no tempo do inverno não podem fazer transportar os seus productos, e ordinariamente n'este tempo fecham-se aquelles estabelecimentos por este motivo.

Pede que a representação se dê o destino competente, e á commissão respectiva que a tome na consideração que merece.

O sr. Rodrigues Sampaio:—a imprensa politica do Porto encarregou-o de apresentar á camara uma representação em que pede a interpretação authentica das leis especiaes que regulam os processos da imprensa e os artigos correlativos do código penal.

A imprensa do Porto não pede nem privilegios, nem favor, nem compaixão, nem se queixa de injustiça alguma; mas queixa-se da confusão que ha nos julgados; porque os accordos de um mesmo tribunal são contradictorios, e os do seu reino tribunal de justiça tambem contradictorios uns com outros e com os dos tribunales de segunda instancia.

Quer ella, por consequencia, que o parlamento defina qual o processo competente nos crimes de abuso de liberdade de imprensa periodica.

Em quanto ao processo competente, entendem uns tribunales que deve ser só o processo por meio de intervenção do jury, e outros entendem, que ha processos em que não ha necessidade da intervenção do jury, e que podem haver processos em que se deve proceder correctionalmente.

Os tribunales têm julgado n'estes mesmos casos de uma e outra forma: é preciso, por consequencia, definir a jurisprudencia a este respeito para que cada um saiba a lei por que deve ser regido.

Em quanto ás penas, entendem uns que as penas da lei especial estão em vigor, e outros entendem que devendo ser o processo o da lei especial com as penas devem ser as do código penal. Como as decisões dos tribunales são encontradas a tal respeito, é necessario que a legislação seja definida.

Em quanto á pessoa responsável por estes crimes. Por muito tempo se tem julgado que o autor era o responsável pelos crimes de abuso de liberdade de imprensa, e na falta d'elle, e só na falta d'elle, o editor; e na falta do editor e do autor, isto é, na falta de ambos, o impressor; mas agora apparece um julgado, em que se incrimina não só o autor, mas o editor, em quanto que em outra parte se julga que o autor do crime não pôde ser senão um. Quando apparece o autor, fica livre o editor; e quando não apparece o autor é que o editor é responsável. Em outros casos tem-se julgado que as correspondencias e annuncios devem ser objecto de um processo correctional, e que os artigos do fundo devem ser da competencia do jury, contudo ha accordos tambem contradictorios. Neste estado de cousas é necessario que a legislação seja uma e uniforme.

A imprensa não se queixa, nem entra na analyse dos motivos que os tribunales tiveram para julgar assim; é mesmo de acreditar que obedeçeram á sua consciencia; mas é preciso que a instituição saiba a lei pela qual é julgada. É para este fim que a representação da imprensa politica do Porto vem ao parlamento.

Pede que esta representação seja remittida á commissão competente, que será talvez a de legislação; para que, interpretando authenticamente as leis, a imprensa saiba a lei que deve reger para ella.

A imprensa não pede que se mitiguem as penas, nem este ou aquelle processo, pede que a lei seja clara e definida.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã trabalhos em commissões depois do expediente, e levanta a sessão.—eram quatro horas da tarde.

Relação dos sr. deputados que estiveram presentes, na sessão de 25 de abril, á chamada ao meio dia.

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Coutinho e Vasconcellos, Dias de Azevedo, Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Avila, Secco, Arrobas, Couto Monteiro, Roballo, Serpa Pimentel, Fonseca e Mello, Aristides, Palmeirim, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abranches, Carlos Bento, Cyrillo, Rebelo de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Mousinho, Filipe Brandão, Bivar, Diogo de Sá, Pulido, Pinto Tavares (Francisco), Soares Franco, Gaspar Pereira, Hermenegildo Blanc, Gomes da Palma, Jacintho de Andrade, Fonseca Coutinho, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Mamede, Neutel, Faria Guimarães, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, D. José de Alarcão, Rojão, Julio Carvallhal, Abaim, L. Albano, D. Luiz da Camara Leme, Freitas Branco, Pinto Tavares (Luiz), Affonseca, Rocha Peixoto, Monteiro Castello Branco, Charters, D. Rodrigo de Menezes, Simão de Almeida, Ferrer, V. de Pindella, V. de Portocarrero.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Lisboa—O Archivo Municipal publica a seguinte relação dos projectos estudados e plantas executadas pela repartição tecnica da camara municipal de Lisboa durante o biennio de 1858 e 1859:

Projecto de canos de 3.ª ordem a construir no prolongamento do boqueirão dos Ferreiros, da Palha e da Moeda—executado.

Projecto de cano a construir na rua de Buenos Ayres—executado.

Projecto de reconstrução da parede do quintal do F. J. Ferreira, no caracol da Penha de França—executado.

Projecto do novo matadouro á Cruz do Taboado—em via de execução.

Em via para a canalisação de 3.ª ordem das ruas do Sol, Abarracamento de Peniche, Pousos, travessa do Cemiterio de Santa Catharina, dos Fieis de Deus, de S. Francisco de Paula, e Chagas Velhas—executado.

Projecto de um bate-estacas—executado.

Projecto de latrinas sobre o cano da rua de S. Bento—não executado.

Projecto para a cobertura de um corredor no Ver-o-Peso—executado.

Projecto dos aterros da Boa Vista, construção de muralha no Caes do Tojo, e abertura de novas ruas no mesmo bairro—em via de execução.

Projecto para a construção de canos de 2.ª ordem a executar na cidade baixa—em via de execução.

Projecto para a reconstrução do passadigo no pateo do Banco—não executado.

Projecto para a reconstrução da parede da quinta do Conde de Redondo, na rua de Santa Joanna—executado.

Projecto para a construção de latrinas no beco de Santa Apollonia—executado.

Projecto de collocação de candelabros no Passeio Publico—executado.

Projecto para o estabelecimento de vasadouros fluctuantes—não executado.

Projecto para a abertura de uma rua desde o largo da Guia até ao do Intendente—em via de execução.

Projecto para a construção dos canos de 3.ª ordem—em via de execução.

Projecto de uma ponte sobre columnas de ferro, para servir de vasadouro aos lixos e lamas da cidade—não executado.

Projecto para a construção do cano na rua nova, desde o largo da Guia até o largo do Intendente—em via de execução.

Projecto de caldeira no campo das Cebollas—não executado.

Projecto de regularisação da praça de Armas, em Alcantara—em via de execução.

Projecto de comportas para os canos de 1.ª ordem—não executado.

Projecto de reconstrução de uma porção de paredão no caracol da Penha de França—executado.

Projecto de dois alpendres para a abegoria municipal—não executado.

Projecto de regularisação do largo da Annunciação—não executado.

Projecto de latrinas a construir no beco do Caes de José Antonio Pereira—não executado.

Projecto de alargamento da embocadura da rua nova da Palma—em via de execução.

Projecto do melhoramento no cotovelo formado pela intersecção da estrada do Pintor com a travessa do Abarracamento da Cruz do Taboado—não executado.

Projecto de cano de 2.ª ordem para dar despejo ao novo matadouro—não executado.

Projecto de conducção de aguas para o novo matadouro—não executado.

Projecto de terraplenamento no reduto do Alto de S. João—em via de execução.

Projecto de alargamento do boqueirão dos Ferreiros—não executado.

Projecto de regularisação da praça do Principe Real—não executado.

Projecto de alargamento da estrada de Sacavem—não executado.

Projecto de continução da rua nova da Palma, entre a travessa da Bica do Desterro e o largo do Intendente—em via de execução.

Projecto de escadaria a construir, encostada á nova muralha do Caes do Tojo—não executado.

Projecto da reforma do adro da igreja de Nossa Senhora do Loreto—não executado.

Projecto de construção de cano de 2.ª ordem, entre a rua Augusta e o largo da Annunciação—em via de execução.

Projecto de largo na rua da Cova da Moura—não executado.

Projecto de alargamento da rua de Santo Estevão de Alfama—não executado.

Projecto de desaterro no Caes das Columnas—não executado.

Projecto de canos de esgoto no Cemiterio dos Prazeres—executado.

Projecto de desentulhamento das caldeiras de Alcantara—executado.

Planta geral dos canos de despejo—executado.

Limpeza geral dos canos da cidade—executado.

Projecto de basar para o largo do Loreto—não executado.

Projecto de boulevard desde o Passeio Publico até Pallhavá, passando pelo Valle de Pereira—em estudo.

Planta da cidade a escala de 1 por 500—em via de execução.

Repartição tecnica, 29 de dezembro de 1859. —O engenheiro, P. J. Pêzerat.

Coimbra—Segundo affirmam as folhas d'esta cidade chegou aqui o sr. Brockman, engenheiro em chefe encarregado da direcção dos trabalhos do caminho de ferro de Coimbra ao Porto. Em sua companhia haviam tambem chegado mais dois engenheiros.

Porto—No domingo passado, 22 do corrente, teve logar com grande ceremonial, conforme diz o Commercio do Porto, a benção do novo cemiterio da irmandade da Lapa. O novo cemiterio estava adornado com jarras de flores e bandeiras, tendo no centro uma cruz erguida.

O sr. vigário capitular, acompanhado por um grande numero de padres, e pela mesa e irmãos, e os habitos da irmandade, benzeu o cemiterio, e fez depois, junto da cruz, uma pequena allocução appropriada á cerimonia e ao logar.

São dignos de elogio os trabalhos da mesa da irmandade, para levar a effeito a obra do novo cemiterio, e especialmente o seu secretario, o sr. Joaquim Antonio Lopes, commerciante, estabelecido na rua das Flores.

No boletim do governo civil que publicam as folhas portuenses lê-se o seguinte:

«O conselho de districto, na sessão de 19 do corrente mez, examinou e approvou consultivamente o orçamento supplementar da ex.ª camara municipal d'esta cidade, relativo ao actual anno economico, contendo a receita necessaria para a conclusão das obras do mercado publico do Bolhão; approvou igualmente a planta e o projecto da ex.ª camara para uma alameda no monte de Santa Catharina, e a deliberação relativa á expropriação amigavelmente contratada com os respectivos proprietarios de dois predios, situados nas ruas Vinte e Tres de Julho e Caramujo, para o alinhamento d'esta ultima, em continução da rua da Alegria.»

Tendo o sr. administrador do 1.º bairro, diz ainda o Commercio do Porto, mandado recolher no hospital da misericordia Sebastião Rodrigues, morador no Bonfim, por se achar em estado de alienação, para d'aquella hospitalidade ser conduzido para Lisboa, á meia noite de 21 para 22 o dito alienado fugiu da enfermaria em que estava, e dirigiu-se á latrina, e havendo ali uma janella, que dá para um saguão, na altura de 20 metros, quebrou a vidranga, e precipitou-se pela janella fóra. Morreu logo.

Villa Nova de Famalicão—No dia 1.º do proximo mez do maio fica prompta e aberta ao transito publico, diz o Porto e Carta, a nova estrada da Villa Nova de Famalicão a Guimarães, estabelecendo-se o serviço de diligencias entre os dois pontos.

Vianna do Castello—Na correspondencia particular, que d'esta cidade é dirigida ao Jornal do Porto, encontra-se o seguinte paragraho:

«Não sabia que por estes sitios se fabricasse cerviça e cognac, e todavia visitando ha dias uma fabrica provisoria de destillação de aguardente de figo, vi uma grande quantidade de centeo e de cevada em destillação, que com outros ingredientes compõe aquellas bebidas espirituosas, de que deram a provar aos circunstantes que as acharam boas. É um progresso que eu suppunha não haver ainda saído do Porto.»

Mora—N'um dos ultimos numeros da Voz do Alentejo lê-se a seguinte noticia, que prova bem como muitas vezes a ignorancia e o egoismo reúnem sio causa de graves transtornos n'uma das primeiras necessidades publicas—os meios de transporte:

«Dizem-nos de Mora, que passo junto d'esta villa um rio denominado Raia, que, tendo por confluinte no Côco o Sôr, toma por isso all o nome de Sorraia, o qual seria navegavel todo o inverno para barcos que carregassem quinhetas arrobas, até ás fragas do Furadouro, mais legua distante de Mora, a não ser os pejanotes que se encontram no seu leito, proximo a Coruche, produzidos por um agude, que embarca a navegação na distancia talvez de trinta kilometros. É sabido que a licença para a construção do agude fóra concedida com a condição de ter portas, e estas conservarem-se abertas desde outubro até maio, periodo em que dura a

navegação; porém essa clausula foi despresada, e até ha pessoas que, para obter a que ali cheguem os barcos, têm empregado os meios mais detestaveis, como o atravessamento do rio com traves chieas de pregos, a fim de damnificarem algum barco, que por fatalidade o pobre barqueiro para ali dirija, prejuizo que já muitos barqueiros têm soffrido, alem de serem asperamente ameaçados e intimidados. Em rasão d'esta inusitada arbitrariedade, os interesses de muitas familias agricolas e commerciaes da provincia são lesados, e continuão a se-lo em quanto se não dê remedio a tão grande mal.

«É para lastimar que, quando por toda a parte se empregam meios energicos de civilisação, conjuvando-se mutuamente as artes e as sciencias, haja ainda quem tente destruir o bem commum.

«Em verdade, n'esta epocha em que o paiz, vencendo tantas difficuldades, forceja por imitar as nações mais cultas, é custoso dizer que ainda ha gente que se oppõe ao adiantamento da sua terra, pois impedindo a navegação d'esses pequenos barcos, que n'aquelles sítios são, se não os unicos, os menos dispendiosos meios de transporte, entorpece o commercio entre os povos.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 22 do corrente, e de Paris até 20.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela Correspondencia de Espana:

Vienna, 20 de abril.—Foi admittida a demissão, dada pelo archiducado Alberto, de governador geral da Hungria, sendo substituido pelo general de artilheria Benedeck, que é filho do paiz, e tem ali muita popularidade.

Londres, 20.—Na ultima sessão foi muito acalorada a discussão relativa á Saboya. Sir Worsman atacou fortemente a politica do imperador Napoleão, e o ministerio inglez, por este motivo.

Lord John Russell respondeu ao orador que a gravidade das palavras do seu discurso poderia provocar uma guerra com a França, quando na realidade não ha motivo para isso.

O ministro entrou depois em amplas considerações, declarando que a França não se oppunha á conferencia diplomatica europea.

Lord Palmerston defendeu lord Cowley dos ataques de sir Duff, que o qualificara de debil para exercer as funcções de embaixador da Inglaterra em Paris.

Turin, 20.—Parece não ser certa a noticia de que o conde de Cavour enviara notas ao governo de Napoles.

Marsella, 20.—A revolução de Palermo foi comprimida, graças á traição que partiu do interior do convento de Gancia. A cidade continuava tranquilla, porém adoptavam-se precauções militares. Os membros da commissão revolucionaria, composta de pessoas notaveis, foram condemnados á morte, porém suppunha-se que a pena seria commutada.

Tambem em Messina se estabeleceu a tranquillidade. Continua a emigração de grande numero de pessoas comprometidas.

Berlin, 20.—Na sessão da dieta de Francfort deu-se conta do protesto do grão duque da Toscana contra a annexação dos seus estados ao Piemonte.

Paris, 20.—Das noticias do Mexico deprehende-se que as complicações se vão tornando de dia para dia mais graves n'aquelle paiz.

O New-York Herald falla contra a Hespanha, sustentando que se deve atacar Cuba, em consequencia da captura dos dois navios hespanhoes.

HESPANHA

No dia 22 do corrente recebeu-se em Madrid um despacho telegraphico com a noticia de que no dia 20, ás tres horas da tarde, tinham chegado a Tetuão os plenipotenciarios marroquinos. No dia 21, ás dez horas da manhã, começaram as conferencias.

No exercito expedicionario não occorre novidade. (La Correspondencia de Espana).

—Um jornal hespanhol dá os seguintes promores relativos aos ultimos instantes de Ortega:

«Ortega desceu do castello de S. João para o sitio chamado Remolinos, a pé, com passo firme e com grande serenidade, sem affectação. Chegou ao logar do supplicio, olhou em volta de si, tirou o relógio, e disse com voz clara e sonora: «vão dar tres horas.»

«Em seguida perguntou se devia conservar-se em pé ou ajoelhar, ao que se lhe respondeu que era melhor ajoelhar. Ortega ajoelhou, pondo primeiro no chão um lenço branco, e dando outro ao official que commandava a escolta, pediu-lhe que lhe vendasse os olhos. Feito isto, o ex-general com voz firme e sonora deu as vozes de preparar, apontar, e, em acto continuo, começou a rezar o credo com toda a devoção. Ainda não tinha recitado metade d'esta oração, e já exhalava o derradeiro suspiro o infeliz protagonista d'aquelle tristissimo espectáculo.»

Outro jornal diz que Ortega se dirigiu, a pé, para o logar da execução, trajando apenas uma sobrecasaca preta, com a cruz de S. Thiago ao peito. Quiz em pessoa commandar o piquete que devia fuzilá-lo, porém as autoridades não accederam a este pedido, nem permitiram que fosse fuzilado sem primeiramente tapar os olhos. Porém em consideração á cruz que levava ao peito, os tiros foram disparados de frente. Até aos ultimos instantes Ortega houve-se com o maior sangue frio e coragem, manifestando sempre sentimentos altamente religiosos.

—Quanto á prisão do conde de Montemolin e de seu irmão, a Correspondencia de Espana dá os seguintes promores:

«Na occasião em que Ortega exclamou—estamos perdidos—, o conde de Montemolin e seu irmão affastaram-se um pouco do local onde as tropas se declararam contra a traição; e á noite refugiaram-se em Uldecona.

«Ali passaram todos estes dias, mudando apenas de casa, com receio de serem descobertos, até que foram parar á casa denominada de Gandaya, nome que tem dado logar a muitos chistosos equivoocos.

«Os encarregados de velarem pela segurança dos fugitivos eram o coronel carlista Ganals e o proprietario Espinosa.

«Como estes fossem vigiados com a maior cautela, a autoridade sabia, pouco mais ou menos, onde se achavam Montemolin e seu irmão; e ás dez e meia horas da noite de 20 do corrente, saiu o major da praça de Tortosa, com o tenente e guardas civis, em direcção a Uldecona, onde chegaram á uma e meia hora da madrugada. Em seguida, e com o auxilio de outros guardas, que estavam na povoação, foi cercada a casa que, com justo motivo, se suppunha ser o asylo dos ex-infantes.

«Depois de se bater á porta sem que ninguem respondesse, um dos guardas entrou por uma das janellas, e facilitou a entrada na casa aos seus companheiros que, percorrendo todas as salas, encontraram n'uma d'ellas os ex-infantes, ainda deitados, nus vestidos, e que não offereceram resistencia quando se lhes deu a voz de prisão. N'este acto, o conde de Montemolin respondeu: «Senhores, estamos á vossa disposição.»

Pouco depois, os prisioneiros eram conduzidos para Tortosa, onde se acham actualmente.»

O jornal citado, reportando-se ás noticias pouco exactas dadas por algumas folhas, sobre as decisões do conselho de ministros que se reuniram em Madrid, no dia 21 do corrente, diz o seguinte:

«Como alguns jornaes affirmam que hontem do suscitaram graves dissidencias entre os membros do gabinete, por causa do andamento que deverá ter o processo do conde de Montemolin e do seu irmão, devemos rectificar esta noticia, que não tem fundamento algum.

«No conselho de hontem, segundo as informações que podemos colher, foi discutida muito de leve a questão relativa ao processo dos prisioneiros, por quanto desde logo occorreu a difficuldade de que, não estando em Madrid o presidente do conselho de ministros, não era conveniente que se adoptasse uma deliberação, sem ser previamente ouvido o chefe do gabinete.

«É pois de presumir que, por agora, os prisioneiros serão apenas conduzidos para logar seguro, até que chegue a Madrid o general O'Donnell, acontecimento este que deve ter logar brevemente por isso que começaram já as conferencias relativas ao tratado de paz.

«Não quizeramos que as nossas palavras fossem interpretadas como a expressão do pensamento do governo, porém apesar do espirito que vemos dominar n'uma parte da imprensa, para que os ex-infantes sejam julgados por um conselho ordinario, cremos que influem considerações poderosissimas para que esse julgamento seja feito pelo senado.

«Não obstante o conde de Montemolin e seu irmão se acharem completamente excluidos dos direitos á coroa e privados das suas honras, não se pôde prescindir dos laços de parentesco que os unem á familia real de Hespanha e ás das outras potencias da Europa, não se deve perder de vista a conveniencia de que seja o primeiro corpo do estado quem os julgue, unico que tem autoridade bastante para dar a sua opinião com completa serenidade.

«Repetimos que a opinião do governo não é ainda conhecida, nem é provavel que se adopte qualquer resolução definitiva, sem que regresse a Madrid o chefe do gabinete; porém, como os outros jornaes se apressaram a emitir a sua opinião, quizermos apresentar lealmente a nossa, que sustentaremos e desenvolveremos ulteriormente.»

SUISSA

Desde que se sabe positivamente que a questão de Chablais e de Faucigny será decidida não directamente entre a França e a Suissa, mas pela co-opeção de todas as potencias que assignaram os tratados de Vienna, de novo se repetem os boatos da reunião de uma conferencia.

A Suissa, como se sabe, dirigiu uma nota n'este sentido ás diversas potencias; e algumas d'estas já enviaram as suas respostas ao conselho federal. Segundo diz a Independance Belge, o gabinete de Berlim partilha as idéas emitidas na nota suissa, e a Inglaterra respondeu no mesmo sentido.

Quanto á Russia, os jornaes estrangeiros publicam uma analyse da nota que o principe de Gortschakoff dirigiu ao governo helvético. O gabinete do S. Petersburgo pensa, como as outras grandes potencias, que a neutralidade da Suissa é necessaria á Europa, e approva que o conselho federal faça o possivel para garantir essa neutralidade. Ao mesmo tempo a Russia dá o seu pleno assentimento ao desejo manifestado pela França, de que a questão da Saboya seja decidida por meio de negociações.

Por tanto parece certo que a conferencia se reunirá, em vista da nenhuma opposição que as potencias fazem a esta reunião.

DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Nota dirigida pelo ministro dos negocios estrangeiros da Prussia ao conde de Bernstorff, enviado d'esta potencia em Inglaterra.

Berlin, 1 de abril de 1860

«Senhor conde.—No numero dos documentos relativos aos assumptos da Italia, que o gabinete inglez communicou ao parlamento, figura um relatório que lord Bloomfield dirigiu a lord John Russell, para o informar de uma conversação que eu tive com o principe de La Tour de Auvérge, relativamente ao projecto concebido pelo governo francez, de incorporar a Saboya e Niza á França.

«Não preciso dizer-vos, sr. conde, que informando confidencialmente lord Bloomfield do que se passou entre mim e o ministro de França, n'uma conferencia que teve o caracter de uma conversação íntima, não esperava que esses promores podessem constituir o assumpto de um debate parlamentar. Não posso pois occultar, sr. conde, a impressão desagradavel que produziu no meu espirito a publicação de semelhante documento.

«No entanto, eu de boa vontade prescindiria de me occupar d'esta questão; se a imprensa allemã e estrangeira não se entregasse a falsas apreciações e a comentarios mais ou menos malevolos.

ao reconhecimento do gabinete imperial. Nada ha que estivesse tão longe do meu pensamento, assim como nada ha que menos se harmonise com a verdade. Posso recorrer à vossa propria memoria, sr. conde, por quanto melhor do que ninguém estivesse em posição de avaliar quanto, durante a crise de que se trata, a nossa politica, livre de todos os compromissos e influencias estrangeiras, foi sempre exclusivamente inspirada pelo interesse, como deviamos compreendendo-lo, da Prussia, inseparavel do de toda a Alemanha.

«O que eu disse ao principe da Tour de Auvergne, tinha simplesmente por fim apontar-lhe as contradicções apparentes da politica franceza, tal qual ella se havia annuciado, no verão ultimo, por declarações solemnes, e tal qual parecia desenharse hoje a favor da Saboya, e fazer-lhe apresentar ao mesmo tempo as censuras, que certamente nos digrigiam na Alemanha, por não reconhecermos mais cedo as verdadeiras tendencias d'essa politica.

«Estabelecendo esta differença, estou longe de crer que lord Bloomfield não comprehendem bem ou não tratou de exprimir o pensamento dominante da argumentação de que me servi quando conversava com o ministro da França.

«Porém, como eu mesmo o tinha feito na conversação que tive com elle, lord Bloomfield tratou mais de mencionar ao seu governo o caracter geral das nossas apreciações taes quaes eu as havia indicado ao representante do imperador Napoleão, do que de referir com precisão o detalhe das observações, colhidas na historia do anno findo, e que eu tinha apresentado ao principe da Tour de Auvergne para motivar a nossa maneira de ver. Ainda é mais. Até estou disposto a crer que a nota de lord Bloomfield não teria dado lugar a equivoques, se ella fosse exclusivamente levada ao conhecimento do principal secretario de estado dos negocios estrangeiros, que, por communicações frequentes e confidenciaes de v. ex.ª, e pelos relatorios anteriores de lord Bloomfield, tem perfeito conhecimento das nossas apreciações, não podendo por isso illudir-se, quanto ao assumpto em questão.

«Porém um documento que se publica necessariamente tem outro alcance, e fica sujeito aos comentarios de um publico que facilmente é levado

a julgar uma situação por dados isolados e pouco precisos.

«Eis, sr. conde, o grave inconveniente que ha no systema adoptado pelo gabinete inglez de submeter ao parlamento peças diplomaticas, relativas a negociacões pendentes. Não me pertence julgar os motivos que o levam a proceder assim, nem pretendo dar-lhe conselhos a este respeito, mas não posso deixar de confessar que o recio de ver publicadas as communicacões mais confidenciaes deve acabar por tornar excessivamente difficil certas relações intimas, que aliás são tão conformes ás relações amigaveis e cordias que tão felizmente subsistem entre os dois gabinetes.

«Podéis, sr. conde, ler esta nota ao principal secretario d'estado dos negocios estrangeiros, entregando-lhe uma copia d'ella se elle assim o desejar.

«Acceitae, etc.—Schleinitz.»

(L'Indépendance Belge.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

ABRIL-25	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	752,85	14,8	100,0	O.
3 t.	753,22	15,8	96,0	OSO.

Maxima—temperatura.....	19,8 C.
Mínima.....	9,8 »
Ozone (de noite).....	7,5
Ozone (de dia).....	7,0
Chuva (adometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	4,4 »
Altura barométrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura à sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

Mapa da navegação do porto da villa da Figueira da Foz no anno de 1859

	NAVIOS ENTRADOS		NAVIOS SAÍDOS		TOTAL	
	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS
Navegação com os portos estrangeiros.....	38	3.287	41	3.164	79	6.451
Dita com os portos do continente do reino.....	302	15.151	277	14.080	579	29.235
Dita com os portos das ilhas adjacentes.....	—	—	5	465	5	465
Dita com os portos das possessões ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Total geral.....	—	—	—	—	669	36.851

Nacionalidade dos navios empregados n'esta navegação

BANDEIRAS	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS
Portugueza.....	4	315
Ingleza.....	21	1.783
Francesa.....	3	241
Prussiana.....	1	109
Sueca.....	3	397
Holandeza.....	3	212
Norueguesa.....	2	163
Hanoveriana.....	1	97
Total.....	38	3.287

Estatística da marinha mercante portugueza no porto da villa da Figueira da Foz no anno de 1859

QUALIDADES	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO
			NACIONAES E ESTRANGEIROS
Brigues.....	4	668	56
Patachos.....	3	424	34
Palhabotes.....	2	184	20
Hiatos.....	4	316	31

Mapa das embarcações nacionaes matriculadas na capitania do porto da villa da Figueira da Foz no anno de 1859

CLASSES	DE LONGO CURSO			DE CABOTAGEM		
	NUMERO DOS NAVIOS	TONELADAS	TRIPULAÇÃO	NUMERO DOS NAVIOS	TONELADAS	TRIPULAÇÃO
Brigue.....	1	180	11	—	—	—
Patachos.....	2	242	23	—	—	—
Palhabotes.....	1	106	10	—	—	—
Hiatos.....	2	212	19	—	—	—
Chalupa.....	1	62	9	—	—	—
Rascas.....	—	—	—	3	163	30
Bateiras.....	—	—	—	2	172	18
Cabiques.....	—	—	—	2	111	18
	—	—	—	2	57	18

Capitania do porto da Figueira da Foz, em 5 de janeiro de 1860.—Joaquim José Pereira, 1.º tenente, capitão do porto.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 25 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Vallado, hiate do arsenal, mestre F. de Paula, de Vianna em 2 dias, com madeira; 10 praças de guarnição.

D. Pedro, paquete inglez a vapor, capitão W. Kennedy, de Glasgow em 6 dias e meio, com ferro e fazendas, a G. A. Hancock & C.ª; 16 pessoas de tripulação.

Fayalense, escuna portugueza, capitão J. V. Pereira, de Hamburgo em 9 dias, com genebra, quinilherias e mais generos, a Milheiro & Irmaos; 10 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é A. Berçon, padreiro, allemão.

Danhe, paquete francez a vapor, capitão A. Duchesne, de Cadix em 2 dias e meio, em lastro, a M. Walsh & C.ª; 29 pessoas de tripulação.

Estrella de Odeimira, hiate portuguez, mestre J. Sueiro, de Villa Nova de Milfontes em 2 dias, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Cruz 3.ª, hiate portuguez, mestre A. S. Amaro, de Caminha em 3 dias, com milho; 8 pessoas de tripulação, e 19 passageiros, que são: Manuel Bernardino, João Manuel Malheiro, negociantes; Antonio Afonso de Azevedo, lavrador; Antonio José G., Joaquim Anacleto, José Maria Alves, Bruno José, Manuel Francisco Alves, trabalhadores; José Rodrigues, menor; Maria Lucia do Sacramento; portuguezes: João Manuel Gonçalves, negociante; Agostinho Rodrigues Paio, cocheiro; Manuel Conde, trabalhador; Bartholomeu Nande, Manuel de Nande, Bernardo Fumeça, Manuel Rodrigues, José Mina, Antonio Lourenço Rodrigues, serventes; hespanhoes.

Nazareth Santa Anna, cahique portuguez, mestre A. Balveiro, de Villa Nova de Milfontes em 4 dias, e de Cascaes em 6 horas, com vinho, ferro e encomendas; 5 pessoas de tripulação. Destina-se para Villa do Conde, e vem arribado por causa do tempo.

D. Luiz, paquete inglez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, dos portos do Algarve em 20 horas, com

encomendas à companhia união mercantil; 20 pessoas de tripulação, 1 mala, e 34 passageiros.

Gratidão, barca portugueza, capitão A. P. B. Pestana, de Pernambuco em 36 dias, com assucar, mel, madeira e mais generos a Robin & Genros; 16 pessoas de tripulação, e 10 passageiros, que são: Francisco José Gonçalves da Silva com 6 pessoas de familia, negociante, portuguez; Joaquim da Silva Lisboa, proprietario; Alexandrina Rosalina da Cunha com 1 filho; brasileiros.

Neste dia não saiu embarcação alguma.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 25 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 25 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 23

Entrou o brigue portuguez Promptidão 2.º, de Pernambuco, por Vigo, em 67 dias.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra ficam: vapor de guerra Lynce, tres hiatos, sendo um o *Dois Irmaos 1.º*; escuna *Santa Maria*; escuna ingleza *Aries*; e uma rascas.

O mar está bom.—O vento esteve N. e agora NO. regulares.

Do dia 24

Entradas—Portuguezes, barca *Formosa*, e brigue *Amalia 1.º*; ambos de Lisboa, o primeiro em 4 dias e o segundo em 7; hiatos *Dois Irmaos 1.º*, de Barcelona, pela Figueira, em 42 dias; *Amisado* e *Senhora da Guia*; ambos de Aveiro, o primeiro em 2 dias e o segundo em 4; *Santa Cruz*, de Setubal em 31 dias; *Senhora da Conceição* e rascas *Santa Maria*; ambos da Figueira, o primeiro em 5 dias e o segundo em 4; cahiques *Bom Jesus* e *Almas*, de Peniche em 1 dia; *Senhora do Rosario*, de Cezimbra em 5 dias; vapor inglez *Braganza*, de Liverpool em 4 dias; escuna russiana *Carl e Julio* de Lisboa em 15 dias; escuna ingleza *Ariel*, de Gersey em 18 dias.

Saídas—Portuguezes, hiatos *Antunes 1.º*, para

Vianna; *Feliz Pensamento* e *Providencia*; ambos para Lisboa.

Navegou para o norte o vapor de guerra portuguez *Lynce*, para Vianna.

Fôra da barra ficam dois hiatos portuguezes. O mar está bom.—O vento esteve NO. e ONO. regulares, agora O. brando.

De Villa do Conde, dos dias 21 e 22

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Vianna do Castello, do dia 23

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vapor de guerra *Lynce* largou a calla da barra de Vianna, e navegou para o N.

Do dia 24

Entrou o cahique *Bom Jesus das Almas*, da Figueira.

Saíu o cahique *S. Vicente Ferreira*, para Ollhão.

De Caminha, do dia 23

Saíu o hiate *Caminha*, para Malaga, com madeira.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 24

Entradas—Portuguezes, hiatos *Treze de Maio*, e *Dois Irmaos*; ambos de Lisboa.

Mar bom.—Vento NO.

De Aveiro, do dia 23

Saídas—Portuguezes, hiatos *Fé*, para Lisboa, com madeira; *Flor de Aveiro*, para a ilha de S. Miguel, com sal; *Hercules* e *União*, para o Porto, com sal; cahique *Bom Jesus* e *Almas*, para o Porto, com sardinha.

Do dia 24

Entrou a rascas *Correio de Aveiro*, de Lisboa, com carvão e outros generos.

Saídas—Rascas *Sebastopol*, para Faro, com sal; hiatos *Feliz* e *Feliz Destino*; cahique *Nugre*; todos para o Porto, com sal.

Da Figueira, do dia 23

Entrou o hiate *Maria José*, de Lisboa, com varios generos.

Saíu a rascas *Albina*, para Vianna, com pedra.

Mar bom.—Vento NNO. fresco.

Do dia 24

Entradas—Portuguezes, rascas *Nova Sociedade*, de Lisboa, com varios generos; cahique *Perola do Vouga*, de Peniche, com pescaria.

Saídas—Hiate *Saltaredo*; rascas *Senhora do Pilar*; ambos para o Porto, com varios generos.

Mar bom.—Vento NO.

Da Ericeira, do dia 23

Não entrou embarcação alguma.

Saíu a rascas *Conceição Porto Seguro*, para a Nazareth, em lastro.

Mar bom.—Vento NNO.

Do dia 24

Não entrou embarcação alguma.

Saíu a rascas *Maria Isabel*, para Caminha, em lastro.

Mar bom.—Vento NNO.

De Setubal, do dia 23

Entradas—Escunas sueca *Ebla Fredrik*; dinamarqueza *Donnebrog*; ambas de Lisboa, com sal.

Saídas—Portuguezes, hiatos *Magdalena*, para Espozendo, com sal; *Dourado*, para Villa do Conde, com sal; *Horizonte*, para Lisboa, em lastro; bateira *Saudade*, para Lisboa, com vinho; chalupa hespanhola *S. Domingos*, para Santander, com sal.

Vento NO.

Do dia 24

Entradas—brigue prussiano *Tvimi*, de Lisboa, com sal; portuguezes, patacho *Fortuna*, do Porto, em lastro; canoa *Vencedora*, de Lisboa, com trigo.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NO.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 23

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SO.

Do dia 24

Saídas—Belgas, brigues *Diamante*, *Jeannette Mokani*, patacho hollandez *Prekvoel*; todos para Liverpool, com mineral; bateiras *Novo Destino* e *Tantativa*; ambas para Lisboa, em lastro.

Não se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento NO. fresco.

De Távora, do dia 23

Entrou o hiate portuguez *Adonis*, de Villa Real em 1 dia, com sal.

Mar bom.—Vento SO. regular.

Do dia 24

Entrou o bote portuguez *Santo Antonio* e *Almas*, com encomendas.

Não saiu embarcação alguma.

Vento SO.

De Faro, do dia 23

Entrou o hiate portuguez *Recreio de Távora*, de Lisboa, com tabaco, farinha e encomendas.

Saídas—Portuguezes, cahiques *Oliveira Feliz*, para Gibraltar, com pescaria; *Santo Antonio* e *Almas*, para Gibraltar.

Vento SO. bonançoso.

Do dia 24

Entrou o bote hespanhol *Virgem do Carmo*, de Ayamonte.

Saídas—Vapor portuguez *D. Luiz*, para Lisboa; escuna ingleza *Rae*, para Falmouth, com alfarroba.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 25 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 25 de abril.—Não houve cotisação.

Bolsa de Paris, em 25 de abril.—3 por cento francez a 70,20—4 1/2 dito a 96,20.

Bolsa de Londres, em 25 de abril.—Consolidados de 94 1/2 a 94 7/8.

AVISOS

ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DO CAMPO GRANDE

A commissão fundadora d'este estabelecimento recebeu da ex.ª sr.ª D. Christina Candida Farto de Miranda a quantia de 50.000 réis por disposição testamentaria de seu marido o ill.º sr. João Pedro de Miranda, com applicação ao citado estabelecimento.

Lisboa, 24 de abril de 1860.

MONTE PIO GERAL

A direcção d'este monte pio annuncia que no domingo 29 do corrente, pelas dez horas da manhã, continua o leilão de penhores de ouro, prata, pedras preciosas, inscripções, e de um aparelho completo de loja do superior qualidade.

Escritorio do monte pio geral, 23 de abril de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembléa geral para quinta-feira 26 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia—a mesma que foi annunciada para a sessão antecedente.—O secretario, J. A. Dias.

ASSOCIAÇÃO DO THEATRO DA RUA DOS CONDES

O ill.º sr. presidente da mesa da assembléa geral convill os srs. accionistas a reunirem em assem-

bléa geral na sexta-feira 27 do corrente, pelas oito horas da tarde, a fim de ter logar a continuação da discussão do parecer da commissão revisora de contas da commissão gerente.

Secretaria da associação, 24 de abril de 1860.

—O secretario, F. R. Pena Monteiro.

EMPRESTIMOS SOBRE PENHORES

No escritorio do monte pio geral da marinha, junto à entrada principal do arsenal, empresta-se dinheiro sobre penhores de ouro, prata, joias, fundos publicos e accções do banco ou de companhias.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

ESTUDOS BIOGRAPHICOS

Na noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos, pertencentes à bibliotheca nacional de Lisboa, por José Barbosa Canaes do Figueiredo Castello Branco, theatro-mór da bibliotheca nacional de Lisboa.

Com este titulo acabam de publicar-se uns summarios historicos, ou noticia de grande numero de individuos, que nasceram em Portugal e outros paizes. A patria, a familia, a epocha, e o bom ou mau uso que fizeram dos talentos e dos dotes com que Deus os enriqueceu, são o que principalmente se escreveu á vista de documentos e memorias ineditas. O auctor não seguiu a ordem alphabetica, e sim a hierarchia, que subdividiu em tres classes: a 1.ª, os santos; a 2.ª, o estado ecclesiastico; a 3.ª, o secular. Cada uma d'estas classes vem descripta chronologicamente. Um grande volume de folio, impresso em papel assestinado, contendo mais de 400 paginas, 1.500 réis.

Não fallamos da competencia do auctor, porque geralmente é reconhecida. O sr. Barbosa Canaes é um dos melhores e mais sidosos investigadores das genealogias patrias. Foi a este estudo que deveu o logar com que o throno o honrou. O auctor consumiu largos annos na collecção d'estas maiores historias, e os nossos archivistas nacionaes foram para esta obra minuciosamente investigados. Devemos-lhe pois a rara noticia de compatriotas nossos, sómente conhecidos do homem estudioso. Na edição não se pouparam despesas. A imprensa nacional esmerou-se na sua execução.

Rematamos com a honrosa carta, que acabamos de receber de um dos mais illustres escriptores da França, a quem Portugal e Brazil devem tambem brilhantes paginas da sua historia.

«Por effeitos da vossa extrema delicadeza, recebi ha umas poucas de semanas um livro, preciso para mim por mais de um titulo, e que por varias vezes já citei honrosamente. Fallo dos *Estudos biographicos*, etc., por José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, livro de que seis editores, e que recebi por via de Mr. Moré (do Porto). Ha bastante tempo que desejava dirigir-vos os meus sinceros agradecimentos pela offerta de tão notavel obra. Era para desejar que o meu sábio collega apresentasse aos seus leitores maior somma de documentos biographicos do que eu vi na sua erudita exposição, porque fundamentando o seu trabalho em documentos biographicos, na não parte desconhecidos do vulgar, poderia de certo insistir mais no merito dos retratos e pessoas a que respeitam. Apesar disto, sr., o livro tal qual está, honra a imprensa portugueza, é de subido merito, e contém investigações e noticias que de balde se procurariam em qualquer outro. Entre outros espero dentro em pouco utilizar-me do escripto que respeita a *Ribeiro dos Santos*, e citarei esta fonte d'onde derivei o meu trabalho. Aceitae, sr., os meus agradecimentos, embora demorados, e acreditae nos meus mais distinctos affectos.—Paris, 5 de fevereiro de 18